
PERFIL ACADÉMICO E PROFISSIONAL DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR QUE ASSEGURAM A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Carlinda Leite
Fátima Sousa-Pereira

EDULOG
FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO

O EDULOG é uma iniciativa da Fundação Belmiro de Azevedo que tem como objetivo contribuir para a construção de um sistema de educação de referência em Portugal. Na persecução da sua missão e da sua visão, apoia estudos de investigação na área da Educação e dinamiza encontros e conferências cientificamente fundamentados.



FUNDAÇÃO
BELMIRO
DE AZEVEDO

Praça de Liège, 146 4150-455 Porto

Título

Perfil académico e profissional de professores do ensino superior que asseguram a formação inicial de professores

Autores

Carlinda Leite (CIIE)

Fátima Sousa-Pereira (CIIE)

© Fundação Belmiro de Azevedo Abril de 2022

ISBN: 978-972-97823-6-7

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação *Perfil académico e profissional de professores do ensino superior que asseguram a formação inicial de professores*, do CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Universidade do Porto. As opiniões expressas nesta publicação refletem o posicionamento dos seus autores e não vinculam necessariamente o EDULOG.

**PERFIL ACADÊMICO
E PROFISSIONAL DE
PROFESSORES DO
ENSINO SUPERIOR
QUE ASSEGURAM A
FORMAÇÃO INICIAL
DE PROFESSORES**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
<hr/>	
PARTE I	
Caracterização geral dos docentes Perfil acadêmico dos docentes Perfil de investigação dos docentes	11
Procedimento	12
Resultados	13
Caracterização geral dos docentes	16
Perfil acadêmico dos docentes	20
Perfil de investigação dos docentes	23
<hr/>	
PARTE II	
Estudos de caso	31
Procedimento	32
Resultados	34
<hr/>	
PARTE III	
Conclusões e recomendações	53
Conclusões	54
Recomendações	61

ANEXOS

Anexo A Grelha para análise das Fichas de CV dos docentes	62
Anexo B Lista dos cursos de IES público (1º e 2º CEB) identificados para análise	67
Anexo C Lista dos cursos de IES privado (1º e 2º CEB) identificados para análise	70
Anexo D Lista dos cursos de IES público (3º CEB e Ensino Secundário) identificados para análise	71
Anexo E Número de docentes/Unidades Curriculares identificadas para análise - Cursos de IES público (1º e 2º CEB)	75
Anexo F Número de docentes/Unidades Curriculares identificadas para análise - Cursos de IES privado (1º e 2º CEB)	79
Anexo G Número de docentes/Unidades Curriculares identificadas para análise - Cursos de IES público (3º CEB e Ensino Secundário)	81
Anexo H Estudos de Caso realizados – IES público e IES privado - Cursos que habilitam para a docência no 1º, 2º e 3º CEB e no Ensino Secundário	82
Anexo I Guião da entrevista aos coordenadores de curso	84
Anexo J Guião da entrevista aos professores cooperantes	85

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Número de cursos/IES existentes em Portugal para a FIP	13
Tabela 2 Número de UC selecionadas para análise e docentes associados	15
Tabela 3 Síntese de referências a artigos publicados nos 5 anos anteriores à elaboração da Ficha de CV dos professores – volume de publicação individual	26
Tabela 4 Publicação de artigos de docentes de IES público e IES privado nos cursos que habilitam para a docência nos 1º e 2º CEB	29

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Número de cursos existentes em Portugal para a FIP, em IES público e em IES privado	14
Figura 2. Número de UC e de docentes de IES público e IES privado a que o estudo diz respeito	15
Figura 3. Caracterização do perfil dos docentes por género, tipo de colaboração, e categoria profissional.	17
Figura 4. Habilitações académicas dos docentes de IES público e IES privado que asseguram UC relacionadas com o exercício da docência/prática curricular (i. é, relativas ao ensino-aprendizagem-avaliação)	22
Figura 5. Publicação de artigos indexados na Scopus ou WoS de docentes de IES público e IES privado dos cursos que habilitam para docência do 1º CEB ao Ensino Secundário	30

INTRODUÇÃO

O presente documento sistematiza dados e conclusões do estudo “Perfil académico e profissional de professores do ensino superior que asseguram a formação inicial de professores”, financiado pelo EDULOG, que teve como finalidade mapear características académicas e profissionais dos docentes que, em Portugal, nas instituições de ensino superior (IES) público e nas do privado, nos cursos de formação inicial de professores (FIP)¹, asseguram as unidades curriculares (UC) diretamente relacionadas com o exercício da docência.

Tendo tido como foco a FIP, o estudo analisou os cursos de mestrado que, em Portugal, conferem essa formação para a docência nos primeiros seis anos da escolaridade básica (1º CEB; 2º CEB; 1º e 2º CEB em Português/HGP; 1º e 2º CEB em Matemática/CN, cf. D. L. n.º 79/2014) e os que o fazem para a docência no 3º CEB e no ensino secundário. Para além destes cursos de formação de professores, foram também analisados os de licenciatura em Educação Básica (1º ciclo de estudos)² por esta graduação constituir um pré-requisito para acesso aos cursos de mestrado que formam para os 1º e 2º ciclos do ensino básico e por ela já contemplar no plano de estudos formação que tem relação com o exercício da docência.

Este relatório, por corresponder ao final do projeto, engloba resultados de todas as fases do estudo, cruzando, sempre que possível, a informação relativa a situações das IES público com as do privado, as do subsistema universitário com as do politécnico, e as de distintos níveis de habilitação para a docência, isto é, do 1º Ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário. O conhecimento obtido permite também enunciar um conjunto de recomendações que são apresentadas no final do documento e que, por terem como foco a FIP, se destinam principalmente às IES onde ocorre a FIP e à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

Os resultados da primeira e da segunda fase do estudo corresponderam a uma análise documental das Fichas de *Curriculum Vitae* (Fichas de CV) dos docentes dos cursos de FIP acreditados pela A3ES e em funcionamento em 2019. Essas Fichas foram-nos disponibilizadas pela A3ES, depois de devidamente anonimizadas. Os dados dessa fase de análise documental foram já apresentados em relatórios prévios, sendo agora retomados, mas numa perspetiva integrada e cruzada. Por outro lado, na terceira fase do projeto, foram realizados Estudos de Caso que tiveram como intenção aprofundar dados da análise documental recolhidos nas fases anteriores. É recorrendo a esse conjunto de dados que construímos o relatório que aqui apresentamos e que desejamos possa apoiar caminhos que contribuam para a melhoria da formação de professores em Portugal.

[1] Foram considerados os cursos acreditados pela A3ES e em funcionamento em 2019.

[2] No caso da formação de professores para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade, o modelo de formação inicial assenta numa lógica de 3+2, que corresponde a três anos de formação graduada (Licenciatura em Educação Básica - LEB) que, na linguagem de Bolonha, tem a designação 1º ciclo de Bolonha, mais dois anos de um curso de mestrado profissionalizante. Durante a LEB, os estudantes contactam já com situações profissionais e têm, no plano de estudos, unidades curriculares de formação educacional geral, didáticas específicas e iniciação à prática profissional. Por esta razão, foi contemplada neste estudo a sua análise. No caso da formação de professores para a docência do 7º ao 12º ano de escolaridade, é apenas durante o mestrado que os estudantes, futuros professores, contactam com situações profissionais de educação escolar. Antes do ingresso nos mestrados que conferem profissionalização para a docência nestes níveis de escolaridade (3º CEB e Ensino secundário), os estudantes têm de obter uma graduação focada na disciplina em que pretendem vir a exercer a docência (cf. D. L. n.º 79/2014). Por esta razão, neste caso, foram apenas analisados os cursos de mestrado.

Nesse sentido, o relatório, na sua estrutura, tem três partes:

- Parte I – apresenta dados resultantes da análise documental das Fichas de CV, orientada para a caracterização do perfil académico e profissional dos docentes do ensino superior que, em Portugal, asseguram a formação inicial de professores nas UC relacionadas com o exercício da docência/prática curricular relativa ao ensino-aprendizagem-avaliação.
- Parte II – apresenta dados resultantes dos Estudos de Caso relativos a cursos de FIP de diferentes níveis escolares, e que envolveu coordenadores de cursos e professores cooperantes de IES público e IES privado.
- Conclusões e Recomendações – apresenta uma síntese do estudo que tem como intenção apoiar caminhos que possam contribuir para a melhoria da FIP.

Anexo a este relatório é apresentada informação suplementar (anexos A, B, C e D, E, F, G, I e J), construída durante o estudo, que se considera relevante, quer pelo conhecimento que fornece, quer pelo apoio que pode constituir para outros estudos.

PARTE I

**CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS DOCENTES
PERFIL ACADÊMICO DOS DOCENTES
PERFIL DE INVESTIGAÇÃO DOS DOCENTES**

PROCEDIMENTO

Foi objetivo geral da primeira fase do estudo (e respetiva adenda que ampliou a análise às IES privado) *caracterizar o perfil académico e profissional dos professores do ensino superior público e do privado que asseguram a formação inicial de professores dos 1º e 2º ciclos do ensino básico (CEB) nas UC relacionadas com o exercício da docência/prática curricular relativa ao ensino-aprendizagem-avaliação*. No mesmo alinhamento, a segunda fase do estudo teve como objetivo geral caracterizar o perfil académico e profissional dos professores do ensino superior público que asseguram a formação inicial de professores do 3º ciclo do ensino básico (CEB) e do ensino secundário nas UC relacionadas com o exercício da docência/prática curricular relativa ao ensino-aprendizagem-avaliação. Nesta segunda fase, o estudo centrou-se apenas nas IES público por existirem apenas três cursos oferecidos por IES privado e por eles corresponderem apenas a duas especialidades de mestrado (Ensino de Educação Musical no Ensino Básico; Ensino de Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico).

Nessas duas fases, que corresponderam à construção de conhecimento mobilizando procedimentos de análise documental, foram identificados todos os cursos, das IES público e IES privado, universitário e politécnico, que em Portugal oferecem cursos de Formação Inicial de Professores (FIP). Depois disso, foi contactada a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) para se aceder aos planos de estudo e às Fichas de Curriculum Vitae dos docentes (Fichas de CV) que asseguram as disciplinas objeto de análise. As fichas fornecidas, devidamente anonimizadas, foram analisadas com apoio de uma grelha construída para o efeito (Anexo A) que permitiu mapear o perfil académico e de desenvolvimento profissional dos docentes. Nessa grelha, foram considerados os seguintes indicadores de análise: (1) caracterização geral dos docentes (género; regime de contrato com a IES); (2) formação académica dos docentes na sua relação com as disciplinas que lecionam; (3) atividades de desenvolvimento profissional, no domínio da investigação relacionada com a prática docente (pertença a Centros de Investigação; projetos de investigação; publicações); outras atividades relacionadas com a formação inicial de professores e com a prática docente.

Os dados resultantes da análise, e que permitem conhecer o perfil académico e profissional dos formadores de professores, são mobilizados, neste relatório, por subsistema de ensino superior (público e privado), por tipologia de ciclo de estudos (LEB e mestrados de habilitação profissional para a docência) e por nível de habilitação para a docência (1º e 2º CEB, por um lado; 3º CEB e ensino secundário por outro). No final, e cruzando os dados parcelares, são apresentadas conclusões desta análise documental e algumas recomendações que poderão contribuir para a melhoria da formação inicial de professores.

RESULTADOS

Esta secção detalha resultados da análise das Fichas CV dos docentes (para a caracterização do perfil académico e profissional). Como já foi reportado em relatórios anteriores, consultando a plataforma da A3ES, fica a saber-se que, como se apresenta na Tabela 1 e na Figura 1:

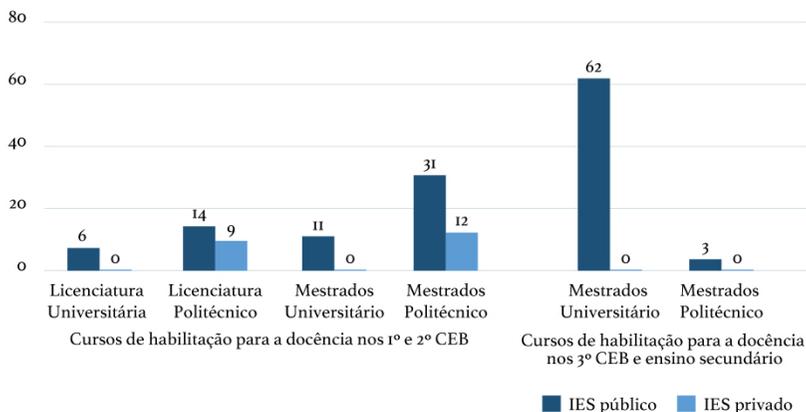
- a formação para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade é assegurada por um total de 62 cursos de IES público (Anexo B): 20 cursos de licenciatura em Educação Básica (a saber: seis cursos do subsistema universitário e 14 cursos do subsistema politécnico) e 42 cursos de mestrado de habilitação profissional para a docência (a saber: 11 cursos do subsistema universitário e 31 cursos do subsistema politécnico).
- a formação para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade é assegurada por um total de 21 cursos de IES privado, todos do subsistema politécnico (Anexo C): nove cursos de licenciatura em Educação Básica e 12 cursos de mestrado de habilitação profissional para a docência.
- a formação para a docência no 3º CEB e ensino secundário é assegurada por um total de 65 cursos de mestrado de IES público (Anexo D), dos quais 62 correspondem ao subsistema universitário (distribuídos por 10 IES) e 3 ao subsistema politécnico (distribuídos por 3 IES).

Face a esta situação, o total global de cursos a que corresponde este estudo e que foram objeto de análise é 148: 127 cursos de IES público e 21 cursos de IES privado.

Tabela 1 | Número de cursos/IES existentes em Portugal para a FIP

Níveis de habilitação para a docência	Ciclo de Estudos/ Subsistema de Ensino Superior	IES público		IES privado	
		N Cursos	N IES	N Cursos	N IES
Cursos de habilitação para a docência nos 1º e 2º CEB	Licenciatura Universitário	6	6	-	-
	Licenciatura Politécnico	14	14	9	9
	TOTAL	20	20	9	9
	Mestrados Universitário	11	6	-	-
	Mestrados Politécnico	31	13	12	8
	TOTAL	42	19	12	8
Cursos de habilitação para a docência nos 3º CEB e ensino secundário	Mestrados Universitário	62	10	-	-
	Mestrados Politécnico	3	3	-	-
	TOTAL	65	13	-	-

Figura 1 | Número de cursos existentes em Portugal para a FIP, em IES público e em IES privado



Como ponto prévio à análise, e de acordo com o foco do estudo, foram identificadas as UC das componentes de Didáticas Específicas (DE), Iniciação à Prática Profissional/Prática de Ensino Supervisionada (IPP/PES) e Área Educacional Geral (AEG), ou seja, UC que se orientam para o exercício docente/prática curricular de ensino-aprendizagem-avaliação (de que são exemplo: Estágio; Organização e desenvolvimento do currículo; Avaliação da aprendizagem; Metodologias de ensino-aprendizagem).

Como mostra a Tabela 2:

- nos cursos de IES público que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade, foram consideradas 472 UC da Licenciatura em Educação Básica (109 do subsistema universitário e 363 do politécnico), asseguradas por 353 docentes (91 do subsistema universitário e 262 do politécnico) e 613 UC dos mestrados de habilitação profissional para a docência (180 do subsistema universitário e 433 do politécnico), asseguradas por 345 docentes (116 do subsistema universitário e 229 do politécnico) - (Anexo E).
- nos cursos de IES privado que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade, foram consideradas 421 UC da Licenciatura em Educação Básica (subsistema politécnico), asseguradas por 228 docentes e 417 UC dos mestrados de habilitação profissional para a docência (subsistema politécnico), asseguradas por 248 docentes - (Anexo F).
- nos cursos de IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário, foram consideradas 955 UC dos mestrados de habilitação profissional para a docência (898 do subsistema universitário e 57 do politécnico), asseguradas por 562 docentes (532 do subsistema universitário e 30 do politécnico) - (Anexo G).

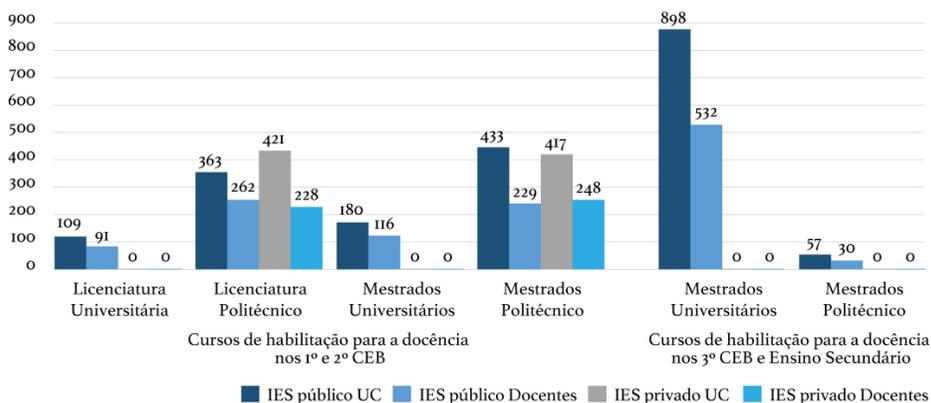
Em síntese, o estudo considerou para análise um total global de 1736 docentes, que asseguram um total global de 2878 UC: 1260 docentes associados a 2040 UC de cursos de IES público e 476 docentes associados a 838 UC de cursos de IES privado.

Tabela 2 | Número de UC selecionadas para análise e docentes associados

Níveis de habilitação para a docência	Ciclo de Estudos/ Subsistema de Ensino Superior	IES público		IES privado	
		N UC	N Docentes	N UC	N Docentes
Cursos de habilitação para a docência nos 1º e 2º CEB	Licenciatura Universitário	109	91	-	-
	Licenciatura Politécnico	363	262	421	228
	TOTAL	472	353	421	228
	Mestrados Universitário	180	116	-	-
	Mestrados Politécnico	433	229	417	248
	TOTAL	613	345³	417	248⁵
Cursos de habilitação para a docência nos 3º CEB e ensino secundário	Mestrados Universitário	898	532	-	-
	Mestrados Politécnico	57	30	-	-
	TOTAL	955	562	-	-

A Figura 2 representa a comparação de IES público e IES privado relativa ao número de UC e de docentes que lhes estão associadas, e a que este estudo diz respeito.

Figura 2 | Número de UC e de docentes de IES público e IES privado a que o estudo diz respeito



[3] Para não duplicar docentes, foi realizada uma análise conjunta dos mestrados da mesma IES (pelo facto de vários docentes lecionarem em mais do que um mestrado da IES), o que resultou na análise conjunta dos dados de todas as especialidades/perfis de mestrado definidos para o estudo por cada subsistema de ensino superior.

Os dados obtidos permitem apresentar uma caracterização geral dos formadores de professores responsáveis pelas UC que se orientam para o exercício docente/prática curricular de ensino-aprendizagem-avaliação, assim como do perfil académico e de investigação que possuem na relação com essas UC. Considerando os indicadores definidos, a análise realizada permitiu obter um conjunto de informações que, conforme atrás referido, são apresentados cruzando variáveis que possam esclarecer a situação que ocorre em Portugal na FIP, relativa a subsistemas de ensino superior (público e privado), tipologia de ciclo de estudos (LEB e mestrados de habilitação profissional para a docência) e nível de habilitação para a docência (1º e 2º CEB, por um lado, 3º CEB e ensino secundário, por outro).

Caracterização geral dos docentes

A maior parte dos docentes é do género feminino, encontra-se em regime de tempo integral e enquadra-se na categoria profissional de Professor Auxiliar (subsistema universitário) e de Professor Adjunto (subsistema politécnico).

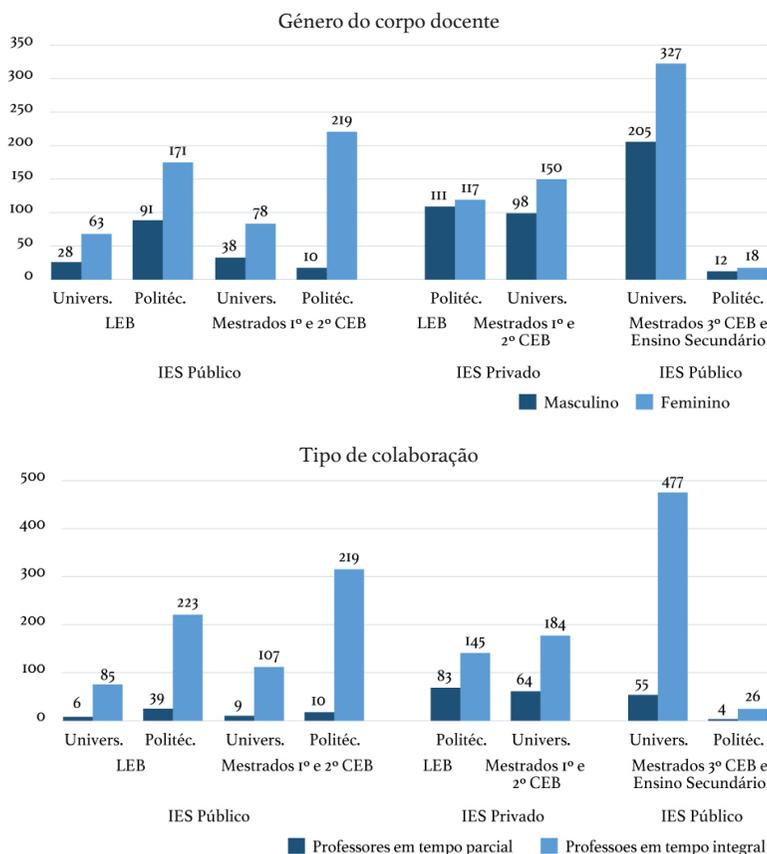
Considerando os cursos de IES público que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade, verifica-se que, do total de docentes que asseguram, na licenciatura em Educação Básica (LEB), as UC selecionadas para foco deste estudo, a maior parte é do género feminino em ambos os subsistemas de ensino superior (63, num total de 91 no subsistema universitário - 69,2% -, e 171, num total de 262 no subsistema politécnico - 65,2%) e, na maioria dos casos, desempenhando funções a tempo integral nas respetivas IES (85, num total de 91 no subsistema universitário; 223, num total de 262 no subsistema politécnico). O mesmo se verifica nos mestrados de habilitação profissional para a docência nestes níveis de escolaridade: maioritariamente do género feminino (78, num total de 116, no subsistema universitário e 152, num total de 229, no subsistema politécnico) e, na maioria dos casos, desempenhando funções a tempo integral nas respetivas IES (107, num total de 116, no subsistema universitário; 219, num total de 229, no subsistema politécnico). Por outro lado, a categoria profissional que predomina entre estes docentes do subsistema universitário público (no conjunto da LEB e mestrados) é a de Professor Auxiliar (79,7%, n=165, num total de 207), sendo residual (apenas dois) o número de docentes no topo da carreira (i.e., na categoria de Professor Catedrático); por sua vez, no subsistema politécnico predomina a categoria de Professor Adjunto (66,6%) estando os restantes docentes distribuídos, como mostra a Figura 3, de modo mais ou menos equilibrado, pelas categorias de Professor Coordenador (17,1%) e de Assistente (15,9%).

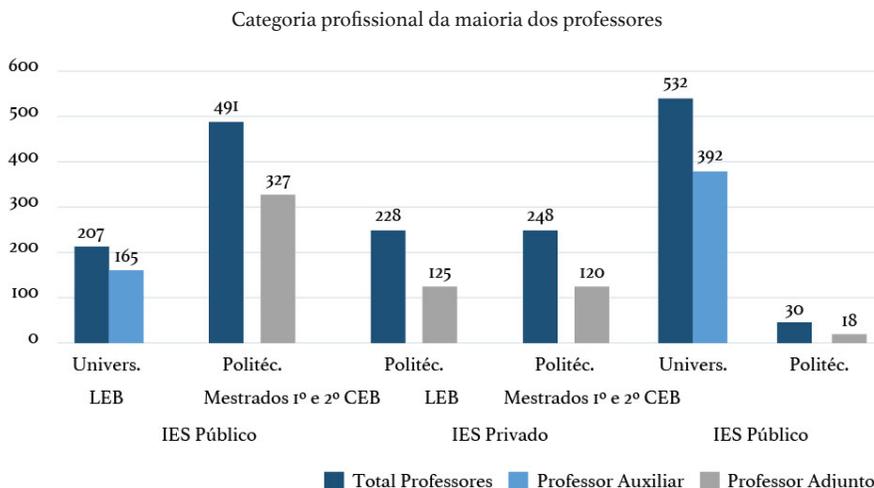
Nos cursos de IES privado que habilitam para a docência nestes mesmos primeiros seis anos de escolaridade, verifica-se a mesma tendência, não obstante uma distribuição mais equilibrada, principalmente no que ao género diz respeito. Com efeito, 51,3% dos docentes da LEB é do género feminino (n=117 dos 228), assim como 60,5% dos docentes dos mestrados (n=150 dos 248); 63,6% dos docentes da LEB prestam serviço docente em regime

de tempo integral (n=145 dos 228), assim como 74,2% dos docentes dos mestrados (n=184 dos 248). Por outro lado (cf. Figura 3), a maior parte dos docentes das IES privado predomina a categoria de Professor Adjunto (125 docentes na LEB - 54,8% -, e 120 nos mestrados - 48,4%), seguindo-se a de Professor Coordenador (61 docentes na LEB - 26,8%, e 100 nos mestrados - 40,3%), correspondendo os Assistentes a 12,7% (n=29) na LEB e 8% (n=20) nos mestrados.

De igual modo, nos cursos de mestrado de IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário, os docentes são maioritariamente do género feminino (61,4% do subsistema universitário, n=327 dos 532, e 60% do politécnico, n=18 de 30) e prestam serviço docente predominantemente em regime de tempo integral (89,6% no subsistema universitário, n=477 de 532, e 86,6% do politécnico, n=26 de 30). A maior parte destes docentes enquadra-se também, como ilustra a Figura 3, na categoria profissional que não corresponde às do topo: 73,6% na de Professor Auxiliar (subsistema universitário) e 60% na de Professor Adjunto (subsistema politécnico). Pertencentes a outras categorias profissionais, constatou-se: i) no subsistema universitário, 12,7% de Professores Associados, 8% de Professores Catedráticos e 2,8% de Assistentes (todos Convitados); no subsistema politécnico, 30% de Assistentes e 10% de Professores Coordenadores.

Figura 3 | Caracterização do perfil dos docentes por género, tipo de colaboração, e categoria profissional





De um modo geral, as principais atividades de desenvolvimento profissional dos docentes do ensino superior são, predominantemente, de caráter organizacional, seguindo-se, no caso dos cursos que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade, as atividades no âmbito da formação contínua de professores e, no caso dos cursos que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário, as atividades de extensão à comunidade. Aliada a esta constatação, há que referir o baixo número de docentes que apresenta, na Ficha de CV, atividades de desenvolvimento profissional.

No que respeita a atividades de desenvolvimento profissional, a análise dos dados apresentados pelos docentes nas Fichas de CV dos cursos de IES público que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade evidencia que o tipo de atividade que predomina nas referências destes docentes corresponde a atividades organizacionais, nomeadamente coordenação ou membro de comissões de curso (no subsistema universitário, 34%, n=31, dos docentes da LEB e 41,4%, n=48, dos docentes dos mestrados; no subsistema politécnico, 39,3%, n=103, dos docentes da LEB e 33,6%, n=77, dos docentes dos mestrados), desempenho de funções em órgãos de gestão, como Direção, Conselho Pedagógico, Conselho Científico, Conselho Geral (no subsistema universitário, 16,5%, n=15, dos docentes da LEB e 9,5%, n=11 dos docentes dos mestrados; no subsistema politécnico, 29,4%, n=77, dos docentes da LEB e 25,3%, n=58, dos docentes dos mestrados), seguindo-se as referências a atividade de formação contínua de professores, a maioria da qual correspondendo a formação creditada (no subsistema universitário, 17,6%, n=16, dos docentes da LEB e 20,7%, n=24, dos docentes dos mestrados; no subsistema politécnico, 22,9%, n=60, dos docentes da LEB e 28,4%, n=65, dos docentes dos mestrados).

No que diz respeito a atividades relacionadas com revistas científicas, as referências são, de um modo geral, em número residual (e.g. cerca de 7% dos docentes da LEB, no subsistema universitário; 5,4% dos docentes da LEB no subsistema politécnico e cerca de 3% dos mestrados do mesmo subsistema). No caso dos docentes dos mestrados de universidades

esse valor sobe para 20% dos docentes. É muito reduzido o número de docentes que faz referência a atividades de extensão à comunidade.

No caso dos cursos de IES privado que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade, é também reduzido o número de referências a atividades de desenvolvimento profissional. No entanto, alguns professores referem-nas. Como no caso das IES público, também predominam as atividades relacionadas com o envolvimento em atividades organizacionais, nomeadamente atividades de gestão (26,3% na LEB e 23,4% nos mestrados), coordenação e/ou apoio a comissões de curso (14% nos dois tipos de curso) e com a formação contínua de professores (9,65% na LEB e 7,25% nos mestrados). É muito reduzido o número de docentes que faz referência a atividades de extensão à comunidade e são praticamente inexistentes as referências a atividades relacionadas com revistas científicas.

Relativamente aos cursos de mestrado de IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário, alguns docentes referem predominantemente o envolvimento em atividades organizacionais, nomeadamente atividades de gestão (subsistema universitário: 22,7%, n=121, dos docentes dos mestrados) mencionando desempenhar funções em: órgãos de gestão, como a Direção, Conselho Pedagógico, Conselho Técnico-Científico, Conselho Geral; funções de coordenação ou como membros de comissões de curso (subsistema universitário: 35,7%, n=190, dos docentes dos mestrados)⁴, assim como atividades de extensão à comunidade (42,8% no subsistema universitário). No entanto, há também referência a atividades relacionadas com a formação contínua de professores (9,2% no subsistema universitário) e com o trabalho em revistas científicas (ainda que números inferiores a 10%).

As referências a formação e experiência de docência nos ensinos básico e/ou secundário são em número relativamente baixo (cerca de um terço dos docentes) e ocorre, predominantemente, nas IES politécnico.

Do total de 698 docentes de IES público que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade (dos dois ciclos de estudos e subsistemas de ensino superior), a análise realizada permite saber que é relativamente baixo o número de docentes que, assegurando as unidades curriculares relacionadas com o exercício docente/prática curricular de ensino-aprendizagem-avaliação, referem ter habilitação académica e experiência de docência no ensino básico e/ou no ensino secundário, quer no subsistema universitário (apenas 23 docentes referem, i.e., cerca de 19,8% do total de 116 docentes dos mestrados; e 13 docentes, i.e., 14,3% do total de 91 docentes da licenciatura), quer no subsistema politécnico (78 docentes, i.e., cerca de 34% do total de 229 docentes dos mestrados; e 60 docentes, i. e., 22,9% do total de 262 docentes da licenciatura). Apesar disso, no subsistema politécnico, é maior a percentagem dos docentes que referem ter tido esta experiência.

[4] Como neste relatório se tem como intenção estabelecer comparações, no caso dos mestrados que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário, apenas se apresentam percentagens relativas a IES universitário público, uma vez que, enquanto estas instituições oferecem 62 cursos, as do subsistema politécnico público oferecem apenas três e as do privado (quer universitário, quer politécnico) nenhum curso.

No que diz respeito aos docentes dos cursos de IES privado que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade (todos do subsistema politécnico), a informação recolhida nas fichas de CV analisadas permitiu constatar que há um número relativamente baixo de professores que apresenta formação e experiência de docência nos ensinos básico e/ou secundário (78 docentes, i. e., 34,2% do total de 228 docentes da licenciatura; 80 docentes, i. e., 32,2% do total de 248 docentes dos mestrados).

Relativamente aos cursos de mestrado de IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário, constata-se que, dos 562 docentes que asseguram estas UC, é também relativamente baixa (31%) a percentagem dos que referem habilitação e experiência de docência nos ensinos básico e/ou secundário (subsistema universitário: 158 docentes, i. e., 28,5% de um total de 532 docentes).

Este indicador alerta para alguma falta de experiência dos docentes com as exigências inerentes ao ser professor, nomeadamente nos níveis do sistema educativo para os quais habilitam os cursos. Importa referir que, esta experiência profissional, em cursos de formação inicial de professores, pode constituir uma mais-valia porque favorece relações com situações do exercício da profissão docente e do que ela exige. Por essa razão considerou-se importante, neste estudo de caracterização do perfil dos docentes que asseguram a formação inicial de professores, conhecer as atividades de desenvolvimento profissional que possam contribuir para o aprofundamento de questões educacionais gerais e específicas do ensino nos respetivos domínios de conteúdo.

Perfil académico dos docentes

A maior parte dos docentes, formadores de professores, possui o doutoramento e tem habilitações académicas ajustadas à natureza das UC que lecionam. É, no entanto, de registar que cerca de um terço dos docentes que asseguram estas UC não tem formação no ramo educacional e os perfis académicos são desajustados à natureza de algumas UC/componentes de formação, predominantemente ao nível das Didáticas Específicas (situação que se verifica em todos os níveis de habilitação). O mesmo acontece ao nível da Área Educacional Geral (no caso das IES público que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade) e da Iniciação à Prática Profissional/Prática de Ensino Supervisionada (no caso das IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário).

No que diz respeito a habilitações académicas, como mostra a Figura 4, os resultados obtidos pela análise das Fichas de CV dos docentes que asseguram as UC selecionadas, revelam que:

- nos cursos de IES público que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade, no que diz respeito a habilitações académicas, os docentes são predominantemente doutorados, quer no subsistema universitário (86, i. e., 94,5%, na LEB, num total de 91 docentes, e 106, i. e., 91,4%, nos mestrados, num total de 116

docentes), quer no subsistema politécnico (186 docentes, i. e., 71%, na LEB, num total de 262 docentes, e 173, i. e., 75,6%, nos mestrados, num total de 229 docentes). Apesar disso, se no subsistema universitário é residual o número de docentes com o grau de mestre ou licenciado (em média, cerca de 7%) como habilitação académica mais elevada, no subsistema politécnico ainda se regista, em média, cerca de 27% de docentes com o grau de mestre ou licenciado. Por outro lado, de um modo geral, os docentes apresentam habilitações académicas adequadas, tendo em conta a área científica de docência das UC que lecionam, embora, em média, em cerca de 17% do total de docentes do subsistema universitário (19,8% na LEB e 13,8% nos mestrados) e cerca de 21% do total de docentes do subsistema politécnico (24,4% na LEB e 16,6% nos mestrados) essa formação não seja no ramo educacional. É, em particular, nas UC das componentes de formação de Área Educacional Geral (AEG) e de Didáticas Específicas (DE) que se verificam perfis académicos mais desajustados à natureza das UC/componentes de formação, embora se verifiquem também alguns casos na componente de Iniciação à Prática profissional/Prática de Ensino Supervisionada (IPP/PES): no subsistema universitário, 27,8% dos docentes que asseguram UC da AEG, 25,7% dos que asseguram UC de DE e 16,7% dos docentes que asseguram IPP/PES na LEB; 19,3% dos docentes que asseguram UC de DE nos mestrados e 12,2% dos que asseguram UC de IPP/PES; no subsistema politécnico: 24,4% dos docentes que asseguram UC da AEG, 21,7% dos que asseguram UC de DE e 16,2% dos que asseguram UC de IPP/PES na LEB; 22,2% dos docentes que asseguram UC da componente de AEG, 13,9% dos que asseguram DE e 8,4% dos docentes que asseguram a docência de UC de IPP/PES nos mestrados).

- nos cursos de IES privado que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade (subsistema politécnico), os docentes são predominantemente doutorados (146, i. e., 64%, na LEB, num total de 228 docentes, e 173, i. e., 69,7%, nos mestrados, num total de 248 docentes), embora ainda se registre um número considerável de professores que apresentam o grau de mestre como habilitação mais elevada (63 na LEB e 62 nos mestrados) ou o grau de licenciado (19 na LEB e 13 nos mestrados). Na Licenciatura em Educação Básica, cerca de um terço dos professores (60, i.e., 26,3%) tem o título de especialista. Por outro lado, há uma percentagem considerável de professores que não apresenta habilitações académicas/formação no ramo educacional (37,2% na LEB e 44,7% nos mestrados). As situações em que se verificam perfis académicos mais desajustados à natureza das UC/componentes de formação dizem predominantemente respeito à habilitação para a docência de UC da componente de Didáticas Específicas (36,8% do total de docentes da LEB e 45,5% do total de docentes dos mestrados dos docentes que asseguram a docência de UC nesta componente).

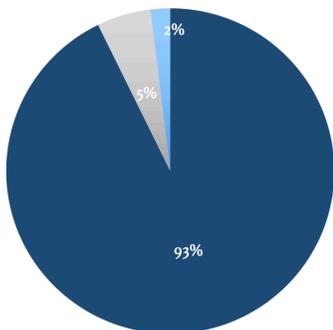
- nos cursos de mestrado de IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário, os docentes são predominantemente doutorados (96% no subsistema universitário)⁵, embora ainda se registre, no subsistema universitário, em média, cerca de

[5] Neste caso, como atrás foi referido, só se consideraram neste relatório as IES público universitário.

4% de docentes com o grau de mestre ou licenciado. Estes docentes, de um modo geral, têm habilitações académicas relacionadas com a área de docência das UC que lecionam, embora cerca de 33,8% (n=190) dos docentes do subsistema universitário não apresente formação no ramo educacional. É, em particular, nas UC das componentes de formação de Didáticas Específicas (DE) e Iniciação à Prática Profissional/Prática de Ensino Supervisionada (IPP/PES), e no subsistema universitário, que se verificam perfis académicos mais desajustados à natureza das UC/componentes de formação (36,7% e 35,5%, respetivamente, dos docentes que asseguram a docência de UC nestas componentes).

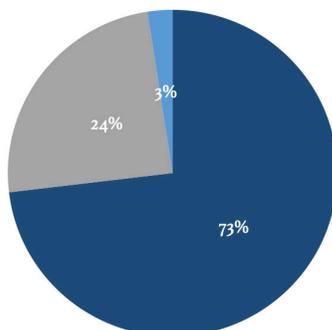
Figura 4 | Habilitações académicas dos docentes de IES público e IES privado que asseguram UC relacionadas com o exercício da docência/prática curricular (i. é, relativas ao ensino-aprendizagem-avaliação)

Cursos habilitação para docência nos 1º e 2º CEB (LEB e mestrados) IES público, Universitário



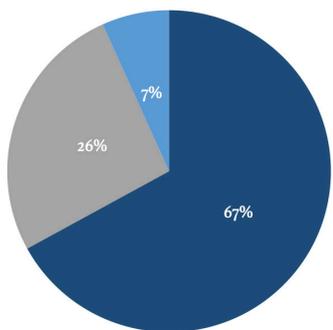
- Docentes com doutoramento
- Docentes com mestrado (habilitação máxima)
- Docentes com licenciatura (habilitação máxima)

Cursos habilitação para a docência nos 1º e 2º CEB (LEB e mestrados) IES público, Politécnico



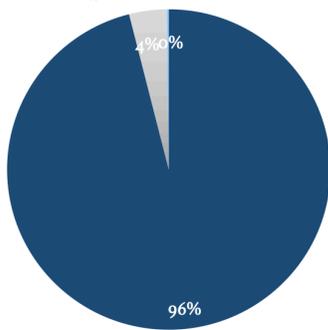
- Docentes com doutoramento
- Docentes com mestrado (habilitação máxima)
- Docentes com licenciatura (habilitação máxima)

Cursos habilitação para a docência nos 1º e 2º CEB (LEB e mestrados) IES privado, Politécnico



- Docentes com doutoramento
- Docentes com mestrado (habilitação máxima)
- Docentes com licenciatura (habilitação máxima)

Cursos habilitação para a docência no 3º CEB e Ensino Secundário (mestrados) IES público, Universitário



- Docentes com doutoramento
- Docentes com mestrado (habilitação máxima)
- Docentes com licenciatura (habilitação máxima)

Perfil de investigação dos docentes

A maioria dos docentes refere ligação a Centros de Investigação na área dos cursos (predominantemente nas IES universitário), apesar de serem residuais as referências ao envolvimento em projetos.

No que diz respeito a atividades de investigação:

- nos cursos de IES público que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade, a maioria dos docentes dos dois ciclos de estudos e subsistemas de ensino superior refere ligação a Centros de Investigação (CI) na área dos cursos e reconhecidos pela FCT: no subsistema universitário, encontram-se nesta situação 82 docentes, i.e., 90%, num total de 91 da LEB e 92 docentes, i.e., 79,3%, num total de 116 dos mestrados; e no subsistema politécnico, 176 docentes, i.e., 67%, num total de 262 da LEB e 148 docentes, i. e., 64,6%, num total de 229 dos docentes dos mestrados. Por outro lado, as referências encontradas nas Fichas de CV, quanto à participação em projetos nacionais e internacionais, são em número muito residual: no subsistema universitário essa referência situa-se nos 17,6% (n=16) no caso da LEB e nos 8,6% (n=10) no caso dos mestrados; no subsistema politécnico, situa-se nos 4,9% (n=13) nos cursos de LEB e nos 3,5% (n=8) nos cursos de mestrado. Importa ainda referir que as referências a projetos remetem quase todas para projetos de nível nacional, sendo residual o número de docentes que especifica tratar-se de projetos financiados ou não.
- nos cursos de IES privado que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade (subsistema politécnico), grande parte dos docentes refere ligação a Centros de Investigação na área dos cursos (75,8% na LEB e 53,2% nos mestrados). Na maior parte dos casos não se encontra especificado se o Centro de Investigação é reconhecido, ou não, pela FCT e, também neste caso, o número de referências à participação em projetos de investigação é muito reduzido (15,8% na LEB e 13,3% nos mestrados).
- nos cursos de mestrado de IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário, grande parte dos docentes refere também ligação a Centros de Investigação na área dos cursos (94,7% no subsistema universitário). Na maior parte dos casos também não se encontra especificado se o Centro de Investigação é reconhecido pela FCT. Por outro lado, o número de referências a participação em projetos de investigação é também reduzido (cerca de 18,6% no subsistema universitário).

Complementando a informação disponibilizada, importa referir que, não obstante o número de referências quanto à ligação a Centros de Investigação, a maior parte dos docentes não especifica o tipo de pertença (i.e., se é membro integrado ou apenas colaborador), o que significa que poderão ser apenas colaboradores e, por isso, não implicados em atividades que envolvam recolha e interpretação de dados de investigação e sua sistematização em publicações.

Por outro lado, o nível residual de referências a projetos não permite afirmar com segurança que existe um fraco envolvimento dos docentes em projetos nacionais ou internacionais, uma vez que, essa não referência pode decorrer do facto de a Ficha de CV não conter um campo específico para este tipo de informação, levando os professores a não a mencionar. Esta situação, pela sua relevância, justificaria a inclusão, nas Fichas de CV, de um campo específico, pois forneceria informação sobre as oportunidades que são asseguradas aos estudantes, futuros professores, para conviverem com ambientes de investigação educacional relacionada com o exercício da docência.

Grande parte dos docentes que asseguram as UC foco deste estudo têm publicações. No entanto, o volume de publicação de artigos, por estes docentes, é, de um modo geral, baixo (embora nos cursos que habilitam para a docência no 3º CEB e no ensino secundário haja um equilíbrio entre nível baixo e nível médio) e ocorram assimetrias entre docentes (principalmente nos cursos do subsistema politécnico das IES público). As publicações de ordem didática (de que são exemplo manuais escolares e cadernos didáticos) são em número residual. Apesar disso, há referências a outro tipo de publicações, quer na forma de livros ou capítulos de livro, quer de atas ou *ebook*.

As publicações, nos últimos 5 anos a que a ficha de CV se refere, foram consideradas na sua amplitude, ou seja, foram analisadas referências relativas a diferentes tipos de publicações, nomeadamente artigos científicos, livros ou capítulos de livros, atas ou *ebooks*, cadernos e manuais escolares.

A análise realizada permitiu saber:

- nos cursos de IES público que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade, a maior parte dos docentes refere publicações de livros ou capítulos de livros, atas e *ebooks*, na sua quase totalidade diretamente relacionadas com o foco das UC que lecionam. No caso do subsistema universitário, os docentes (da LEB e dos mestrados) apresentam 542 referências a publicações em livros ou capítulos de livros; os docentes do subsistema politécnico apresentam 656 referências a publicações.

Para o segundo caso, i.e., publicação em atas e *ebooks*, no subsistema universitário, os docentes (da LEB e dos mestrados) apresentam 981 referências a publicações e, no subsistema politécnico (na LEB e nos mestrados) 1731 referências a publicações deste tipo.

Há também referência a publicações de ordem didática, como manuais escolares e cadernos didáticos, embora em número muito residual, principalmente no caso dos manuais escolares (cerca de 4% dos docentes nos mestrados e de 2% na LEB dos dois subsistemas), e cerca de 10% dos docentes na LEB e de 8% nos mestrados (considerando globalmente os dois subsistemas). Este número reduzido pode corresponder ao real, nomeadamente por não ser uma atividade muito valorizada no ensino superior, quando se analisa a investigação. No entanto, trata-se de um tipo de publicações que pode ter um significado importante para o foco deste estudo, pelo que acarreta de investigação sobre a forma de ensinar e de fazer aprender nos níveis de escolaridade para os quais estão a ser formados os estudantes, futuros docentes.

Relativamente a artigos⁶, como mostra a tabela 3, o volume de publicação individual é predominantemente baixo. Nos cinco anos que antecederam o preenchimento da Ficha de CV, do total de 207 docentes do subsistema universitário (licenciatura e mestrados), 74,9% (n=155) faz referência a publicação de artigos, mas cerca de metade (43,5%) publicou apenas até três artigos e 26% entre quatro e seis artigos, sendo residual (5,3%) a percentagem de docentes que publicou sete ou mais artigos. No caso do subsistema politécnico, dos 491 docentes (licenciatura e mestrados), 64,2% (n=315) apresenta referências a artigos, mas a publicação de cerca de quase metade desses docentes (43,4%) é apenas até três artigos, situando-se em 17,7% os docentes com publicação entre quatro e seis artigos (apenas 3% publicou sete ou mais artigos). Estes números permitem-nos também concluir sobre a existência de consideráveis assimetrias na produção individual dos docentes destes cursos, uma vez que há cerca de 25% dos docentes do subsistema universitário e cerca de 36% dos docentes do subsistema politécnico que não referem publicação de artigos.

- dos cursos de IES privado que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade, a maior parte dos docentes, que pertencem ao subsistema politécnico (LEB e mestrados), refere publicações de livros ou capítulos de livros, atas e *ebooks*, na sua quase totalidade relacionadas com o foco das UC que lecionam. Neste caso, os docentes apresentam um total de 405 referências a publicações em livros ou capítulos de livros e um total de 601 referências a publicações em atas e/ou *ebooks*. Também no âmbito destes cursos e destas IES a referência a publicações de ordem didática é muito residual, com cerca de 2,7% dos docentes (da LEB e dos mestrados) a indicar publicações em cadernos didáticos e, em média, cerca de 4% dos docentes (da LEB e dos mestrados) a indicar publicações de manuais escolares. A publicação na forma de artigos, como mostra a tabela 3, corresponde também nestes cursos a um volume de publicação individual predominantemente baixo. Nos cinco anos que antecederam o preenchimento da Ficha de CV, do total de 476 docentes das IES privado (subsistema politécnico, licenciatura e mestrados), quase todos (90,8%; n=432) fazem referência a publicação de artigos, mas cerca de metade (49,3%) publicou apenas até três artigos e 23,5% entre quatro e seis artigos, sendo residual (5,3%) a percentagem de docentes que publicou sete ou mais artigos. Nestes cursos, há a considerar cerca de 9% de docentes que não referem qualquer publicação de artigos.

- dos cursos de mestrado de IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário, e que se inserem no subsistema universitário, há também uma grande parte dos docentes que referem publicações de livros ou capítulos de livros, atas e/ou *ebooks*, na sua quase totalidade relacionadas com o foco das UC que lecionam. Neste caso, 486 (79,8%) docentes referem publicações em livros ou capítulos de livros e 154 (28,9%) publicações em atas e/ou *ebooks*.

[6] Refira-se que os valores apresentados remetem para referências a publicações em que os professores dos cursos são autores ou coautores, e não a número de artigos. Com efeito, sendo muitas das publicações realizadas em coautoria, a mesma referência é apresentada em fichas da CV de distintos professores.

Também nestes cursos, e nestas IES, é muito residual o número de referências a publicações de natureza didática, como cadernos didáticos e manuais escolares (cerca de 4% dos docentes do subsistema universitário).

Relativamente a artigos, grande parte dos docentes faz referência a publicação de artigos científicos (95,3% dos docentes no subsistema universitário), relacionados com as áreas de docência respetivas. No entanto, como ilustra a tabela 3, o volume de publicação individual é predominantemente baixo (publicação até 3 artigos nos 5 anos que antecederam a ficha CV em análise: 44% no subsistema universitário). Apesar disso, nos 62 cursos do subsistema universitário deste nível de habilitação para a docência, a percentagem de docentes com um número de publicações entre 4 e 6 artigos apresenta um valor próximo de 35,2% e com referência a 7 ou mais artigos 16,2% do total de docentes. Estes números permitem-nos também concluir que é residual o número de docentes destes cursos, do subsistema universitário, que não tem publicação na forma de artigos (4,7%).

Tabela 3 | Síntese de referências a artigos publicados nos 5 anos anteriores à elaboração da Ficha de CV dos professores – volume de publicação individual⁷

Níveis de habilitação	Ciclo de Estudos/ Subsistema de Ensino Superior	Volume de referências a publicação de artigos		
		BAIXO (nº de professores com referências de até 3 artigos)	MÉDIO (nº de professores com referências entre 4 a 6 artigos)	ALTO (nº de professores com referências a 7 ou mais artigos)
Cursos de habilitação para a docência nos 1º e 2º CEB (IES público)	Licenciatura Universitário	37 (40,7%)	31 (34%)	6 (6,6%)
	Licenciatura Politécnico	110 (42%)	48 (18,3%)	11 (4,2%)
	Mestrados Universitário	53 (45,7%)	23 (20%)	5 (4,3%)
	Mestrados Politécnico	103 (45%)	39 (17%)	4 (1,7%)
	TOTAL	303 (43,4% do total de docentes) 43,5% do total de docentes universitários; 43,4% do total de docentes politécnico.	141 (20,2% do total de docentes) 26% do total de docentes universitários; 17,7% do total de docentes do politécnico.	26 (3,7% do total de docentes) 5,3% do total de docentes universitários; 3% do total de docentes politécnico.
Cursos de habilitação para a docência nos 1º e 2º CEB (IES privado)	Licenciatura Politécnico	93 (40,8%)	58 (25,4%)	17 (7,5%)
	Mestrados Politécnico	142 (57,2%)	54 (21,8%)	8 (3,2%)
	TOTAL	235 (49,3% do total de docentes)	112 (23,5% do total de docentes)	25 (5,3% do total de docentes)
Cursos de habilitação para a docência nos 3º CEB e ensino secundário (IES público)	Mestrados Universitário	234 (44%)	187 (35,2%)	86 (16,2%)
	Mestrados Politécnico	10 (33,3%)	7 (23,3%)	2 (6,7%)
	TOTAL	244 (43,4% do total de docentes)	194 (34,5% do total de docentes)	88 (15,7% do total de docentes)

[7] Nesta tabela optou-se por incluir a situação relativa aos docentes dos três cursos do subsistema politécnico público que formam para a docência no 3º CEB e ensino secundário, não na intenção de comparar com o que se passa com os docentes do subsistema universitário público (que oferece 62 cursos), mas apenas para seja também conhecida.

Registe-se, no que diz respeito a referências a publicações, que, no espaço da ficha de CV reservado a esta dimensão da atividade docente, vários professores indicam a participação em eventos acadêmicos com apresentação de comunicação, situação que leva a supor que esses professores não têm, nos últimos cinco anos, as cinco publicações que a grelha permite registrar.

A publicação de artigos em revistas indexadas Scopus ou Web of Science é reduzida. As publicações na forma de artigo científico são, de um modo geral, em coautoria, embora, no caso dos docentes dos politécnicos e, especificamente nas publicações nacionais em revistas com outras indexações, sejam, na sua maioria, publicações de um único autor.

Uma análise da indexação das revistas onde esses artigos foram publicados e da respetiva autoria mostra, como ilustra a Tabela 4 e a Figura 5, que:

- nos cursos de **IES público que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade**, nos cinco anos que antecederam o preenchimento da Ficha de CV, de um total global de 1080 artigos no subsistema universitário, 446 constituem publicações em revistas indexadas Scopus ou Web of Science (dos quais, 35 em revistas nacionais), correspondendo a uma percentagem de 41,3% do total de artigos publicados e, em média, a cerca de 2 artigos por docente deste subsistema num período de 5 anos; as publicações em revistas com outras indexações perfazem um total de 634 artigos (522 em revistas nacionais e 403 em revistas internacionais). No subsistema politécnico, de um total global de 1278 artigos, apenas 344 constituem publicações em revistas indexadas Scopus ou Web of Science (37 em revistas nacionais, correspondendo a uma percentagem de 26,9% do total de artigos publicados e, em média, a menos de um artigo por docente deste subsistema no período de 5 anos a que a Ficha de CV diz respeito; as publicações em revistas com outras indexações perfazem um total de 934 artigos (522 em revistas nacionais e 412 em revistas internacionais).

Uma análise focada na autoria dos artigos publicados mostra que, de um modo geral, correspondem a publicações em coautoria (à exceção de artigos publicados em revistas de âmbito nacional com outras indexações, por docentes do subsistema politécnico, que correspondem, em maior número, a publicações individuais). Esta situação pode ser um indicador da existência de um trabalho de pesquisa realizado em equipa e cuja produção do conhecimento é divulgada pela publicação de artigos.

- dos cursos de **IES privado que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade**, nos cinco anos que antecederam o preenchimento da Ficha de CV, de um total global de 630 artigos (todos no subsistema politécnico), apenas 181 constituem publicações em revistas indexadas Scopus ou Web of Science (dos quais, 24 em revistas nacionais), correspondendo a uma percentagem de 28,7% do total de artigos publicados e, em média, a menos de meio artigo por docente deste subsistema no período de 5 anos a que a Ficha de CV diz respeito; as publicações em revistas com outras indexações perfazem um total de 449 artigos (299 em revistas nacionais e 150 em revistas internacionais).

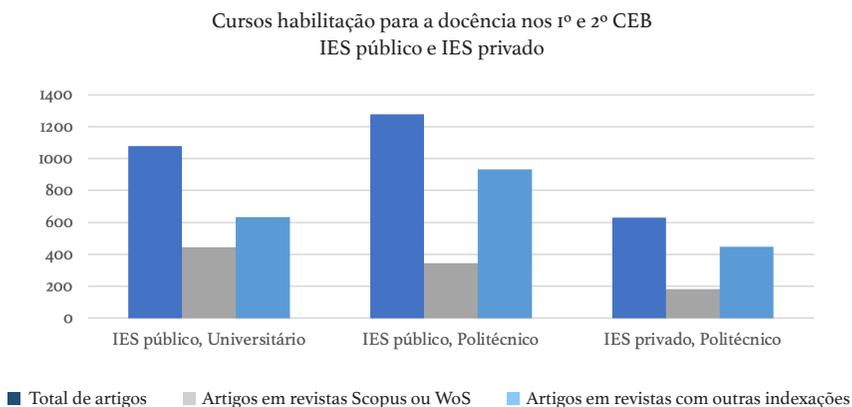
Em termos de autoria, os artigos publicados correspondem a publicações em coautoria (à exceção dos artigos publicados em revistas com outras indexações, de âmbito nacional, que correspondem, em maior número, a publicações individuais), o que permite constatar, à semelhança dos cursos das IES público, alguma dinâmica institucional de trabalho de pesquisa realizado em equipa, traduzida na produção e divulgação do conhecimento conjunta.

- dos cursos de mestrado de **IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário**, as publicações em revistas indexadas Scopus ou Web of Science são também em número reduzido. Nos cinco anos que antecederam o preenchimento da Ficha de CV, de um total global de 2034 artigos no subsistema universitário público, apenas 65 constituem publicações em revistas com estas indexações, o que corresponde a cerca de 32% do total de artigos publicados e que se traduz, em média, em um artigo por docente no conjunto dos 5 anos a que dizem respeito as Fichas de CV analisadas; as publicações em revistas com outras indexações correspondem a um total de 1384 artigos. De um total global de 65 artigos dos docentes dos três cursos que ocorrem no subsistema politécnico público, apenas 13 constituem publicações em revistas indexadas Scopus ou Web of Science, correspondendo a 20% do total de artigos publicados e, em média, a cerca de meio artigo por docente deste subsistema de ensino superior; as publicações em revistas com outras indexações correspondem a 52 artigos.

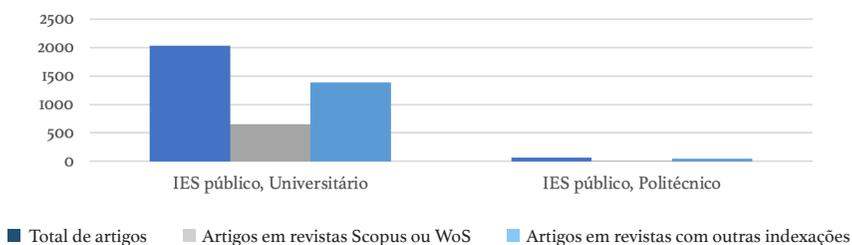
Tabela 4 | Publicação de artigos de docentes de IES público e IES privado nos cursos que habilitam para a docência nos 1º e 2º CEB

ARTIGOS - Indicadores de publicação	Cursos de habilitação para a docência nos 1º e 2º CEB		
	IES público		IES privado
	Universitário	Politécnico	Politécnico
Revistas Nacionais - Scopus/Web of Science	LEB + Mest	LEB + Mest	LEB + Mest
Nº de publicações Scopus	35	37	24
Publicação individual	6	12	9
Publicação em coautoria até 3 professores	17	13	15
Publicação em coautoria com mais de 3 professores	12	12	0
Revistas Nacionais - Revistas com outras indexações			
Nº de publicações - Revistas com outras indexações	231	522	299
Publicação individual	92	267	155
Publicação em coautoria até 3 professores	108	179	107
Publicação em coautoria com mais de 3 professores	31	76	37
Revistas Internacionais - Scopus/Web of Science			
Nº de publicações Scopus/Web of Science	411	307	157
Publicação individual	55	26	17
Publicação em coautoria até 3 professores	174	142	62
Publicação em coautoria com mais de 3 professores	182	139	78
Revistas Internacionais - Revistas com outras indexações			
Nº de publicações - Revistas com outras indexações	403	412	150
Publicação individual	120	116	47
Publicação em coautoria até 3 professores	210	192	85
Publicação em coautoria com mais de 3 professores	73	104	18

Figura 5 | Publicação de artigos indexados na Scopus ou WoS de docentes de IES público e IES privado dos cursos que habilitam para docência do 1º CEB ao Ensino Secundário



Cursos habilitação profissional para a docência no 3º CEB e Ensino Secundário - IES público



Importa mencionar que a situação de publicação maioritária de artigos Scopus ou Web of Science em revistas internacionais pode ser explicada pelo reduzido número de revistas portuguesas no campo da educação (indexadas na Scopus há apenas duas revistas na área da educação e nenhuma na Web of Science). Estes dados, no que à indexação diz respeito, merecem uma atenção especial pois se, por um lado, publicações indexadas na Scopus ou Web of Science exigem investigações mais robustas e teoricamente sustentadas, o que é um indicador da sua qualidade, por outro lado, a sua aceitação é cada vez mais difícil, empurrando talvez alguns professores para a submissão a revistas com outras bases de indexação menos exigentes.

PARTE II
ESTUDOS DE CASO

PROCEDIMENTO

Na intenção de aprofundar dados de análise documental recolhidos nas fases 1 e 2, a Fase 3 do estudo envolveu estudos de caso de IES que asseguram cursos de licenciatura em Educação Básica (1º ciclo de estudos, de acordo com o Processo de Bolonha), cursos de mestrado de habilitação profissional para a docência nos primeiros seis anos da escolaridade básica (1º CEB; 2º CEB; 1º e 2º CEB em Português/HGP; 1º e 2º CEB em Matemática/CN, cf. D. L. nº 79/2014) e cursos de mestrado que habilitam para a docência no 3º CEB (7º, 8º e 9º ano de escolaridade) e no ensino secundário.

Os casos foram selecionados a partir da interpretação dos dados obtidos nas fases anteriores, e tiveram em consideração situações relativas aos perfis dos docentes de IES que asseguram os cursos de formação inicial de professores em Portugal. Tendo por referência essas situações, e pretendendo abarcar a diversidade que as caracteriza, para a identificação e seleção dos casos, correspondente ao procedimento metodológico P1, foram considerados os seguintes critérios:

- IES do subsistema universitário público e do subsistema politécnico público onde foi identificada a existência de uma percentagem elevada/baixa do corpo docente com grau de doutor e com o regime de dedicação (parcial/integral) elevado/baixo;
- IES do subsistema universitário público e do subsistema politécnico público onde foi identificada uma elevada/baixa relação entre a formação académica dos docentes e as UC que lecionam;
- IES do subsistema universitário público e do subsistema politécnico público em que foi identificada uma elevada/baixa atividade de investigação na área da Educação e Formação de Professores a que corresponde o foco deste estudo;
- IES do subsistema universitário público e do subsistema politécnico público que simbolizem situações de distintas zonas geográficas (norte, centro, sul, litoral, interior).

Seguindo os critérios referidos, a análise das situações estudadas justificou selecionar os casos apresentados no Anexo H e que incidem sobre pares IES/Cursos dos três níveis de habilitação para a docência objetos do estudo. A opção para a recolha de dados foi realizar entrevistas semi-estruturadas aos docentes coordenadores de cursos e aos docentes das escolas (professores cooperantes) onde é realizada a prática profissional dos estudantes/futuros professores. Para isso, depois de identificados e planeados os estudos de caso, foram estabelecidos, via e-mail, contactos com os coordenadores de curso e agendadas as entrevistas para a recolha de dados. O acesso aos professores cooperantes foi feito a partir de informação recolhida pelos coordenadores de curso. Atendendo à situação de pandemia, as entrevistas foram realizadas em formato online, de 6 de abril a 28 de outubro de 2021, e gravadas com autorização das pessoas entrevistadas, depois de manifestarem acordo pelo consentimento informado. Para o tratamento de dados, procedeu-se à transcrição dos discursos dos entrevistados e recorreu-se à respetiva análise de conteúdo.

A **entrevista dirigida a coordenadores de curso** (Anexo I) teve como objetivo recolher informação sobre:

- (1) aspectos tidos em conta na Distribuição de Serviço Docente (DSD) para garantir a adequação do perfil académico e de investigação de cada docente às Unidades Curriculares (UC) lecionadas e constrangimentos que têm sido identificados.
- (2) exigências da IES relativamente ao envolvimento dos docentes e dos estudantes em processos de investigação, nomeadamente da investigação associada aos ciclos de estudo/cursos e com as UC lecionadas.
- (3) condições e/ou estratégias institucionais asseguradas pela IES para promover o envolvimento dos docentes e dos estudantes em atividades de investigação, nomeadamente em investigação relacionadas com os ciclos de estudo/cursos e com as UC lecionadas.
- (4) condições que o modelo de formação oferece para a socialização dos estudantes com a profissão e para o exercício da docência ao nível do ensino-aprendizagem-avaliação (considerando, nomeadamente, as experiências proporcionadas e o perfil dos formadores de professores que asseguram as UC mais diretamente relacionadas com a prática de ensino supervisionada).

A **entrevista a professores cooperantes** (Anexo J) teve como principal objetivo recolher informação sobre:

- (1) relação entre as IES e as escolas onde é realizada a iniciação à prática profissional (IPP)/prática de ensino supervisionada (PES), nomeadamente no que se refere à relação entre supervisores da IES e professores cooperantes (docentes das escolas que acompanham os estudantes/futuros professores).
- (2) condições que a formação oferece para a socialização dos estudantes com a profissão e para o exercício da docência ao nível do ensino-aprendizagem-avaliação e constrangimentos que têm sido identificados. Para isso foi solicitado aos professores cooperantes que tivessem por base a experiência concreta de acompanhamento dos estudantes em contexto de prática profissional.
- (3) aspectos relacionados com a adequação do perfil académico e profissional do professor cooperante para assegurar esta cooperação e com o papel da IES a este nível.

RESULTADOS

Esta secção detalha resultados da análise das entrevistas semi-estruturadas realizadas a coordenadores de curso e a professores cooperantes. Foram entrevistados:

- 10 coordenadores de curso de IES público que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade com a seguinte distribuição: 2 da LEB (um de cada subsistema de ensino superior); 3 do mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º CEB (sendo dois deles do subsistema politécnico e um do universitário); 3 do mestrado em Ensino do 1º CEB e de Mat/CN no 2º CEB (sendo dois deles do subsistema politécnico e um do universitário); 2 do mestrado em Ensino do 1º CEB e de Port/HGP no 2º CEB (sendo um de cada subsistema de ensino superior);
- 7 professores cooperantes destes cursos oferecidos por IES público, com a seguinte distribuição: 4 do 1º CEB (sendo três do subsistema universitário e um do politécnico); 2 do 2º CEB (um de cada subsistema de ensino superior); 1 da EPE (do subsistema politécnico);
- 8 coordenadores de curso de IES privado que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade, todos eles do subsistema politécnico, e com a seguinte distribuição: 3 da LEB; 3 do mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º CEB; 1 do mestrado em Ensino do 1º CEB e de Mat/CN no 2º CEB; 1 do mestrado em Ensino do 1º CEB e de Port/HGP no 2º CEB;
- 6 professores cooperantes destes cursos: 3 do 1º CEB; 2 do 2º CEB; 1 da EPE;
- 3 coordenadores de curso de IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário, todos do subsistema universitário e com a seguinte distribuição: 1 do mestrado em Ensino do Português; 1 do mestrado em Ensino do Inglês e de Língua Estrangeira; 1 do mestrado em Ensino de Educação Física.
- 3 professores cooperantes destes cursos de IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário⁸.

A apresentação dos resultados da análise das entrevistas estrutura-se em torno dos seguintes eixos:

- 1) Processo de distribuição de serviço docente (DSD) e garantia da adequação do perfil académico e de investigação de cada docente na relação com as UC que lecionam;
- 2) Condições e/ou exigências institucionais para o envolvimento de docentes e estudantes em investigação associada aos Cursos e às UC;
- 3) Condições que o modelo de formação oferece para a socialização dos estudantes/futuros professores com a profissão docente;
- 4) Relação entre as IES e as Escolas/Prof. Cooperantes onde é realizada a iniciação à prática profissional (IPP)/prática de ensino supervisionada (PES), adequação do perfil académico e profissional do/a Prof Cooperante e condições criadas pela IES para essa adequação.

[8] Recordar-se que, no caso dos cursos que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário foram apenas consideradas as IES público universitário por existirem apenas três cursos oferecidos pelo subsistema politécnico público (na área da Educação Musical e Educação Física) e não haver qualquer IES privado que os ofereça.

Sempre que possível, a apresentação dos resultados é feita cruzando a informação relativa a situações que dizem respeito a: IES público/ IES privado; subsistema universitário/ subsistema politécnico; distintos níveis de habilitação para a docência, isto é, 1º CEB/2º CEB/3º CEB e Ensino Secundário.

Processo de distribuição de serviço docente (DSD) e garantia da adequação do perfil académico e de investigação de cada docente na relação com UC lecionadas

Quando questionados sobre o processo de DSD na garantia da adequação do perfil académico e de investigação na relação com as UC lecionadas, a maior parte dos coordenadores de curso (n=17) referiu que *sim*, mencionando que a instituição está atenta a este aspeto, nomeadamente para cumprir o que é recomendado pela A3ES. Os restantes coordenadores (n=4) referiram que o nível de adequação é garantido apenas *em parte*. Esta posição foi expressa por: dois coordenadores de cursos que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário; um coordenador da LEB das IES público do subsistema politécnico; e um coordenador de mestrado de IES privado que habilita para a docência nos seis primeiros anos de escolaridade. Acrescente-se que, nesta relação entre o perfil do docente e a UC que assegura, no caso das IES privado e em algumas IES público, a DSD não é feita pelo Coordenador de Curso, mas *sim* pela Direção da instituição, no primeiro caso, ou pelo Departamento ou outras estruturas, no segundo caso. Apesar disso, nestas situações, os Coordenadores de Curso são chamados a pronunciar-se sobre a proposta, embora, na maior parte dos casos, com pouca margem de intervenção. Estes aspetos são, por isso, enquadrados pelos Coordenadores de Curso ora como um constrangimento, ora como uma mais-valia (cf. se apresenta abaixo).

Recorrendo aos discursos dos entrevistados, os aspetos tidos em conta na DSD para garantir esta adequação (perfil académicos e de investigação *versus* UC lecionadas) prendem-se, essencialmente, com:

a) predomínio de docentes com nível de qualificação elevado (doutoramento) nas áreas científicas em que se enquadram as UC. Nas IES/Cursos que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade foi referido:

"No que diz respeito ao grau dos docentes, não há problema, todos os nossos docentes, neste momento, são doutorados. Havia um colega que foi docente do meu curso durante muitos anos que não era doutorado, e que tinha que ser docente, porque só ele e outro colega é que têm preparação no âmbito de História e Geografia de Portugal (...)."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2ºCEB

"A maior parte das pessoas é doutorada na área da Formação de Professores, portanto, não há problemas (...). As pessoas ligadas à formação já estão praticamente desde o início da formação da escola e em termos de habilitação são todas pessoas que têm Doutoramento na respetiva área da Didática (...)."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2ºCEB

"Na nossa instituição, fruto do investimento pessoal também de cada um e de algumas condições que foram dadas pela própria instituição, eu creio que, do corpo docente, só não temos dois colegas doutorados nas áreas específicas que lecionam (...)."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2ºCEB

"Neste momento todas as UC são asseguradas por docentes da área científica de cada uma delas, ou seja, anteriormente era possível que houvesse uma ou outra UC que pudesse não estar afeta a algum docente que tivesse formação científica na área, mas com agora, com o sistema interno de garantia da qualidade, essa situação deixou de se verificar."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2ºCEB

b) atribuição das UC de IPP/PES preferencialmente a docentes com experiência profissional no ensino não superior e profissionalizados para o ensino nas áreas dos cursos. Esta situação foi predominantemente referida por coordenadores de curso de IES público que habilitam para a docência nos seis primeiros anos de escolaridade e em um curso que habilita para a docência no 3º CEB e ensino secundário:

"Todos os orientadores de PES são profissionalizados, isto é muito importante. Nós não temos, nestes cursos, nenhum orientador que não tenha a profissionalização; esta tem sido uma luta com os departamentos da área científica, que dizem "Nós podemos ser orientadores no secundário e não podemos ser nestes cursos porquê?" Exatamente porque não têm formação pedagógica, e, portanto, não ter formação pedagógica é para nós um requisito."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

"A maior parte dos docentes tem muita experiência (...). Temos alguns casos que são profissionalizados em Ensino (...) têm anos e anos de experiência quer na escola, quer a nível da prática pedagógica supervisionada. Isso faz toda a diferença, o facto de eu ter sido professora de 1º ciclo (...). Tudo aquilo que eu digo aos meus alunos é com outra segurança, não é dizer "isto teoricamente resulta" (...)."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

"(...) a realidade da PES (...) nós conseguimos assegurar neste mestrado com docentes ou doutorados em didática, ou doutorados em formação de professores, mas todos eles têm base de profissionalização em Matemática e Ciências. Estes docentes de PES têm habilitações de raiz, como professores do 1º ciclo e do 2º ciclo na variante, e depois fizeram os seus estudos especializados."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Todos os professores de carreira ou que estejam a tempo integral (que temos alguns em regime de mobilidade) têm perfil para ir para uma das UC do Mestrado em Ensino (...) a grande parte dos docentes tem profissionalização para o Ensino, como é o meu caso." (...)."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

c) atribuição das UC de Didáticas Específicas (DE) a docentes com formação/doutoramento na área das Didáticas, aspecto referido, em particular, por coordenadores de cursos de IES público que habilitam para a docência nos seis primeiros anos de escolaridade. No entanto, também acontece em algumas IES privado que habilitam para o mesmo nível de escolaridade. Foi referido:

"Nós atribuímos as didáticas a pessoas da área das didáticas específicas, portanto com formação e com doutoramento em didática (...)."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

"(...) eu diria que há uma certa facilidade em alocar docentes com perfil adequado para didáticas específicas e para a PES; esse tem sido um esforço muito grande há algum tempo, não só quando começaram os processos de avaliação dos cursos, apesar de, nessa altura, se ter intensificado verdadeiramente."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Dou-lhe um exemplo muito claro, as nossas quatro didáticas que funcionam no 1º semestre do curso têm 13 professores doutorados a lecionar, portanto nós conseguimos abranger todas as áreas que são necessárias, desde o pré-escolar ao 1º ciclo, passando pela parte teórica das didáticas e pela parte prática. Portanto temos aqui uma simbiose de professores muito grande e que felizmente a Instituição tem-nos proporcionado ter esses docentes para fazermos um trabalho muito específico ao nível das didáticas, porque a nossa filosofia do curso também assenta muito nessa base da didática, damos mesmo muita importância às didáticas."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

d) atribuição das UC a docentes usando como critério o perfil profissional e de investigação. Este critério foi particularmente referido por coordenadores de cursos de IES público e IES privado que habilitam para os primeiros seis anos de escolaridade. Os excertos abaixo ilustram o sentido dos discursos dos coordenadores de curso entrevistados:

"Há vários aspetos que nós temos em conta, por exemplo, se a pessoa já tem experiência de orientação, mesmo que seja noutra nível de ensino."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Relativamente à Licenciatura (...) estou como coordenadora nos dois últimos anos e eu tenho tido essa preocupação, de procurar gente com o perfil académico, mas nem sempre tenho conseguido, por exemplo, colegas com Doutoramento". (...) Quando não têm doutoramento na área, procuro alguém que pense nos contextos e que depois assegure um trabalho próximo dos alunos e adequado àquilo que são os objetivos das UC."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Por exemplo, uma colega que não era Educadora de Infância e que passou a fazer supervisão da PES, ela dava didáticas específicas, passou a orientar estágios, mas primeiro esteve um ano a ver as colegas a orientar estágios, a ir aos estágios com colegas, e depois é que começou ela própria a ir orientar os estágios, ou seja, houve uma formação."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Também houve essa necessidade dos professores se ajustarem àquilo que era a necessidade decorrente do novo reajuste curricular, do novo plano de estudos, houve essa necessidade, e posso dizer que tive docentes a apostarem em linhas de investigação que nunca o tinham feito, para terem investigação na disciplina ou na UC que passariam a ter que lecionar."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

e) atribuição das UC a equipas de docentes com perfil complementar. Foi referido:

"Em alguns casos, vou dar um exemplo, quer na licenciatura em Educação Básica, quer nos mestrados de habilitação para a docência, a componente das expressões artísticas, por exemplo, é assegurada por um grupo que, no seu conjunto, possam assegurar essa formação específica (...). Na didática de Estudo do Meio acontece a mesma coisa, por exemplo, um colega mais das Ciências físico-naturais, um colega de geografia e uma colega da História (...)."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Fazemos com a coadjuvação (...). A LEB é muito abrangente, necessita de docentes de várias áreas, e às vezes para a Instituição é difícil ter esse leque de docentes. Muitas vezes tem que haver uma coadjuvação (...)."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB]

"Às vezes o que tentamos fazer, e isto até tem resultado, é por exemplo, nas cadeiras de didática, fazer aqui um equilíbrio; às vezes, na mesma UC, termos o colega das Ciências da Educação que faz, por exemplo, aquela parte que é mais introdutória do que é Didática e conceptualização e que às vezes está mais próximo de uma determinada área, por exemplo, há uma colega que está mais próxima da área de Educação de Infância. Tentamos fazer um equilíbrio entre as duas coisas, mas é verdade que o regime acabou por nos colocar o problema da DSD e que nós tentamos também, de alguma forma, ver isso como uma oportunidade de até conhecermos melhor o trabalho dos colegas e podermos articular."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

Vários coordenadores de curso referiram que a existência de um corpo docente qualificado decorre de condições institucionais (a), de esforços dos docentes (b) ou das Direções de IES ou dos próprios coordenadores, como mostram os excertos abaixo expostos:

a) existência de condições institucionais para a continuidade e estabilidade dos docentes:

"No Mestrado conseguimos claramente. Nós temos um corpo docente que nos permite saber à partida que é um corpo docente estável que tem lecionado quase sempre nas didáticas e nas práticas pedagógicas e, portanto, a esse nível não temos qualquer tipo de problema. Nós já sabemos que, para o ano, se cá estivermos, vamos ficar com aquela UC... porque o grupo de colegas trabalha há muito tempo em conjunto, e isso traz outras vantagens."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Isto já lá vai, já foi em 2010, entretanto houve várias reconfigurações dos próprios ciclos de estudos com as avaliações da A3ES, etc., e o que eu sinto neste momento é que, cada vez menos enquanto diretora de ciclo de estudos, dou, digamos, pareceres sobre a DSD, porque quase que o corpo docente foi estabilizando (...)."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

b) existência de esforços individuais e de apoio para o desenvolvimento profissional docente contínuo:

"A mim parece-me que todo o corpo docente que existe é um corpo docente que através da sua própria iniciativa, do seu desejo de corresponder àquilo que são as avaliações que temos tido da A3ES, tem-se envolvido em atividades de formação contínua. Eu adquiri um "know-how" ao ir a conferências internacionais, conheci pessoas que trabalham na formação inicial... No meu caso, nunca me senti tão em condições..."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"Todos os anos temos formação no âmbito da missão e do projeto educativo (...) e, para além disso, há um investimento, por exemplo, em ajudas relativamente a Doutoramentos que as pessoas quiseram fazer. Conseguimos qualificar toda a equipa de professores também por essa via, às vezes mesmo investimento monetário, outras vezes tempo, disponibilidade, etc. Todos os anos enviam-nos um conjunto de formações que consideram ser útil para a relação entre a investigação e a docência. Fazem um esforço imenso para que os docentes pudessem ficar alocados a centros de investigação reconhecidos pela FCT (...). Desse ponto de vista, eu penso que nós estamos muitíssimo bem, mas não há, ao contrário, uma grande recetividade por parte de todos, porque nós temos também alguns colegas, penso que isso é um bocadinho geral, que consideram que já não é preciso e é difícil articular estas duas coisas."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Também houve aqui um esforço da parte dos colegas, quando não tinham formação própria, a procurarem de alguma forma, seja por via de formação académica, seja por via de investigação. Houve colegas que fizeram pós-doc. nessa área, na área da didática, e outros que fizeram formação de outro nível (...)."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

c) intervenção da Direção das IES e dos Coordenadores de Curso na DSD, como ilustram os excertos seguintes:

"O papel dos Coordenadores de curso será mais de confirmação da adequação da proposta que já é elaborada previamente por estruturas hierárquicas superiores. O Conselho de Direção faz uma previsão de DSD para todos os anos e envia-nos esses mapas com as propostas e depois nós damos a nossa opinião sobre a proposta."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"A responsabilidade da DSD é do Diretor de Curso, ainda que exista uma articulação necessária com os departamentos. Nós fazemos a proposta da DSD e, eventualmente, poderá ser feito algum ajuste."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

Por outro lado, os principais constrangimentos que têm sido identificados no que à DSD diz respeito relacionam-se com:

a) características de parte do corpo docente e dos poucos recursos para novas contratações, como ilustram as transcrições que se seguem:

"Temos tido problemas mais na área das Expressões, na Educação Artística e Educação Física, onde a formação dos colegas não está relacionada com aspetos didáticos. A minha contribuição, enquanto coordenador, é alertar. Geralmente também são professores a tempo parcial. Como sabem, as Instituições têm grandes problemas com os concursos, há poucos concursos, e a nossa escola nesta altura está a trabalhar, a meu ver, com um número bastante anormal de professores a tempo parcial (...)."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"O facto de termos um corpo docente muito antigo tem uma vantagem, mas também uma desvantagem enorme, que é um problema com o qual nós nos vamos debater nos próximos anos. A revitalização que nós precisamos do corpo docente impõe-se e os constrangimentos de natureza financeira são difíceis de ultrapassar. E depois, chamar gente (...) para o Interior é um bocadinho complicado. São pessoas que gostam, se possível, de um horário de 2/3 dias por semana, e nós pedimos efetivamente, exigimos até que as pessoas estejam mais tempo, porque isto é um curso que merece um comprometimento muito grande e uma presença muito grande, e às vezes as pessoas não estão muito dispostas a isso."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"(...) Para o ano letivo de 20/21, aquele que está em curso, foi-me pedida a minha opinião sobre a DSD. Agora, dizer que estou à vontade? Não estou, por um motivo muito simples. Nós somos cada vez menos e não temos por onde escolher, é como eu digo, cada vez podemos ser menos esquisitos, porque cada vez temos menos pessoas disponíveis." (...)."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Quanto ao corpo docente, de uma forma geral, as Universidades estão com o corpo docente escasso, a mim parece-me que é generalizado, agravou-se com o aumento das aposentações, agravou-se com a crise, e não há contratações. Portanto, aquilo que podia ter sido uma oportunidade de aquisição de corpo docente especializado não foi (...); as universidades vivem este constrangimento de, por um lado, terem uma procura crescente, mas o corpo docente não permite uma expansão adequada à procura. O que me leva a pensar que em algumas universidades, a situação terá sido tão dramática que encerraram a formação de professores."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"(...) enquanto diretora de ciclo de estudos, dou pareceres sobre a DSD, mas cada vez menos porque o corpo docente foi estabilizando."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

b) constrangimentos associados ao facto de a DSD depender da disponibilidade e vontade dos docentes:

"Estatutariamente é o Diretor de Curso que faz a DSD (...), porém essa distribuição depende da disponibilidade dos colegas para assegurarem e também da vontade... uma vez que estes cursos foram criados à posteriori às contratações de alguns docentes, que não tinham formação específica para a formação de professores."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"Este ano, por exemplo, na DSD, eu quase mendiguei aos professores meus colegas, sobretudo aqueles que têm um perfil que já lhes permite trabalhar em Mestrado. Eu quase mendiguei: "por favor venham-me dar as horas da Educação Básica" e consegui alguns. Mas eu acho que estas questões não têm que estar dependentes da maior ou menor capacidade do coordenador de curso ou da maior ou menor generosidade dos colegas que aceitam vir dar umas horinhas àquela UC."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

c) constrangimentos associados à falta de docentes com formação específica, principalmente nas UC das componentes de DE e de IPP/PES e sem formação no ramo educacional:

"(...) porque nós não temos esses docentes [de Didáticas e de PES]. Nós estamos a querer contratar um, porque temos muitos candidatos neste momento, e não conseguimos dar resposta... Eu disse que não aumento as vagas enquanto não me derem um docente com pós-graduação em didática, mas é difícil... Qual foi a vantagem da avaliação da A3ES? Foi ter chamado a atenção de todo o corpo docente e do grupo, no caso do grupo de portugueses, que era preciso trabalhar na área da didática."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

“A maior parte das colegas não tem formação de base na formação de professores. Vimos de uma tradição das Línguas e Literaturas Modernas, mas fomos nós que abraçamos a causa.”

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

“(…) em supervisão de estágios, eu, pessoalmente, considero que aí nós precisávamos de professores especialistas, e aqui eu entendo professores especialistas como alguém que tem formação inicial de base ou, por exemplo, no contexto de educação de infância ou no ensino do 1º ciclo do ensino básico e que depois fez um percurso académico.”

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

d) constrangimentos associados a condições que permitam ao coordenador de curso exercer a função de DSD:

“Eu, várias vezes enquanto coordenador do mestrado tenho dito, mas tem caído em saco roto. A DSD devia ser uma função do coordenador, mas ela é feita pelo Diretor de Departamento. Obviamente validada pelo Diretor da IES. Muitas das vezes até só tenho conhecimento da distribuição de serviço formal quando começam a sair os horários (...). Eu gostaria efetivamente de ter um papel um pouco mais interventivo, mais direto, mais opinativo sobre a DSD, com toda a sinceridade.”

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

“Quando eu passei a ser Diretora de Curso o serviço docente já tinha sido distribuído. Antes de começar o ano letivo é feita uma estimativa de serviço docente para o 1º e o 2º semestre e pedem-nos pelas almas que tenhamos o cuidado de não propor alterações nenhuma.”

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

Exigências e condições institucionais para o envolvimento de docentes e estudantes em investigação associada aos Cursos e às UC

Questionados sobre a existência de condições institucionais e/ou de exigências para que os docentes e estudantes se envolvam em atividades de investigação associada aos cursos e às UC, a maior parte dos coordenadores de curso (n=17) referiu que *sim*, embora três tenham considerado que existem condições apenas *em parte* e um dos coordenadores que elas *não* existem. As justificações apresentadas para os coordenadores de curso considerarem existir condições e/ou exigências para o exercício da investigação estão relacionadas com a pertença a Centros de Investigação financiados pela FCT ou à avaliação que é feita pela A3ES. Foi afirmado:

“Para pertencermos ao Centro de Investigação, e sermos membro integrado, temos de ter, por ano, uma publicação em revista com determinada indexação (...) Por isso, uma percentagem do nosso tempo, normalmente 30%, tem de ser dedicada à investigação.”

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Nós não tínhamos Centro de Investigação. Como sabem, as Instituições de Ensino Superior Politécnico não podem gerir Doutoramentos e por isso as questões ligadas à investigação são sempre muito mais complicadas, porque temos de estar associados ou fazer protocolos com Universidades. Um aspeto que foi consequência das primeiras avaliações externas (A3ES) que tivemos, foi a Instituição fazer um grande esforço para criar um Centro de Investigação (...) que teve Bom, o que para um centro jovem ainda a crescer nos traz algum entusiasmo. Tivemos financiamento, estamos ainda no início."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"O meu apelo tem sido no sentido de todos os colegas, e eu própria, desenvolvermos investigação e publicarmos. Por exemplo, a supervisão pedagógica é uma área para a qual nós pedimos colaboração. Em algumas áreas, por exemplo, na área das didáticas específicas nós conseguimos intervir e produzir nós sobre trabalhos de planificação, exploração da imagem ou do texto literário, ou o desenvolvimento do "critical thinking" na sala de aula. Tentamos fazer isso, com a existência de condições, e publicarmos."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e ensino secundário

"Neste momento, que resulta de uma exigência inclusive da A3ES, na DSD há relação entre o perfil dos docentes com a UC e há a exigência de desenvolvimento de investigação nas temáticas das UC que os docentes lecionam."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

As razões apontadas pelos coordenadores de curso que responderam que não têm condições ou apenas as têm em parte estão associadas à falta de tempo e às condições de trabalho:

"Nós temos tido um incentivo muito forte no sentido de investirmos em investigação, de nos associarmos a centros de investigação. Praticamente todos os colegas estão associados a centros de investigação, mas depois, em boa verdade, as condições de trabalho de investigação são muito frágeis. É evidente que se eu quiser ir a um Congresso me deixam, por exemplo, não dar as aulas nos dias que estão previstos, mas eu depois tenho que repor aulas."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Não existem efetivamente condições objetivas, operacionais para realizar investigação, tirando alguma redução que há para projetos que sejam financiados."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Nós temos uma unidade de investigação reconhecida pela FCT, infelizmente o ano passado não teve classificação para ter fundos, mas continua... Esta última classificação não aconteceu por acaso, aconteceu porque os professores têm pouco tempo para fazer investigação. O que eu quero dizer com isto é que nós temos toda a informação. O corpo diretivo desta Unidade de Investigação está permanentemente a mandar-nos informação sobre o que está

a acontecer, sobre onde é que podemos publicar isto ou aquilo, mas de facto continuamos com o mesmo problema: falta de tempo."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

Para o envolvimento na investigação, foram ainda referidas pelos coordenadores de curso estratégias a que as IES recorrem para o promover, tanto nos docentes como nos estudantes. Foi afirmado:

"É estimulada a articulação da investigação dos docentes com a que está a ser feita nos doutoramentos."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

"A PES tem servido como estratégia para o desenvolvimento de investigação."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"Existe uma cultura de incentivo à investigação pelos estudantes pela atribuição de bolsas de iniciação à investigação."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

"É estimulado o envolvimento dos estudantes em projetos de investigação do Centro."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Há o incentivo à investigação ligada ao contexto de estágio."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

Apesar das condições e das estratégias mencionadas, no sentido de existirem relações entre o que é ensinado e o que se investiga, os coordenadores apontam com grande ênfase as dificuldades que decorrem da sobrecarga de trabalho e que não deixa tempo para a realização de investigação. É dito:

"Tenho de preparar aulas, avaliar trabalhos, acompanhar trabalhos de estudantes, assegurar a gestão dos cargos que me foram atribuídos, contactar escolas e professores cooperantes, etc., etc. Pergunto, que tempo me fica disponível para realizar investigação?"

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"A vida académica está cada vez mais sobrecarregada e a pandemia, com as alterações que tiveram de ser feitas, ainda a preencheu mais. Por isso, é muito difícil, para não dizer que é impossível, arranjar tempo para investigar."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e ensino secundário

Condições que o modelo de formação oferece para a socialização dos estudantes/futuros professores com a profissão docente

Sobre as condições que o modelo de FIP oferece para que os estudantes/futuros professores contactem com a amplitude de tarefas que a profissão exige, isto é, que tenham uma socialização com a profissão capaz de os preparar para o que o exercício docente implica, a maior parte dos coordenadores dos cursos (n=14) referiu que *sim*, embora cinco (n=5) considerem que o modelo de formação apenas *em parte* oferece condições e dois (n=2) que *não* as oferece. Esta mesma pergunta feita aos 16 professores cooperantes, teve como resultado que apenas cinco (n=5) tenham referido que *sim*, que o modelo de formação oferece condições para a socialização com a profissão, tendo a maior parte (n=10) respondido que apenas *em parte* as oferece e um (n=1) que *não* as oferece.

Entre as razões apontadas pelos coordenadores de cursos e professores cooperantes para justificar que o modelo assegura as condições necessárias estão aspetos relacionados com o próprio modelo, nomeadamente ser exigida uma licenciatura em educação básica (LEB) para aceder ao mestrado em 1º e em 2º CEB, favorecer a relação entre teoria e prática, conter uma dimensão de investigação e proporcionar o contacto com o contexto escolar. Foi referido:

"O atual modelo, que exige que os estudantes tenham uma licenciatura em Educação Básica para o ingresso nos Mestrados de formação para o 1º e 2º CEB, fornece-lhes um corpo de conhecimentos de base importantes para o ensino-aprendizagem."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Considero que hoje estamos melhor, principalmente porque temos duas dimensões que são diferenciadoras: a dimensão da investigação nos processos de formação, para além dos processos de reflexão. Nós tínhamos um discurso muito marcado pelo desenvolvimento profissional assente na reflexão, nesses modelos até 2005/2007. Depois, o paradigma do professor reflexivo e investigador ganhou um corpo diferente, e eu penso que isso é uma mais-valia e vejo isso em muitos diplomados que têm um crescimento e um amadurecimento muito maior, neste modelo de formação do que tinham num modelo de 4 anos das variantes ou da Licenciatura."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Eu penso que este é um modelo, que herdamos de Bolonha, que lançou desafios para toda a gente: alunos, professores, instituições, etc. Nós estamos a obter evidências de um trabalho positivo na formação dos nossos alunos, porque este modelo permite articular bem a dimensão teórica dos conhecimentos disciplinares com a dimensão prática, e articulando estas duas dimensões claramente com a necessidade da investigação e nós temos conseguido fazer."

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"O nosso modelo é: no segundo ano, os alunos estão na escola e dão X aulas observadas, são acompanhados pelo orientador, pelo professor cooperante e por nós. Portanto eles estão um ano na escola e têm um ano para esse contacto. Considero que o modelo que seguimos oferece condições."
CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"Os estagiários desta Universidade têm oportunidade de assistir a aulas, pelo menos a uma unidade didática, de terem um primeiro contacto com as aulas e as escolas, antes mesmo de iniciarem a formação inicial, ou seja, no 1º ano do Mestrado quando ainda não estão em estágio. Antes dos professores estagiários chegarem às escolas, há um trabalho que me parece já substancial, no que diz respeito à parte mais pedagógica, ou aquilo que eu designo pela "didatização" das aulas. Há também já esse trabalho na Faculdade, que muito enriquece logo nos primeiros tempos, a própria escola, as aulas e todo o trabalho decorrente de uma prática em sala de aula. Os alunos desta Universidade têm vários contactos, de uma forma até progressiva, como se de um processo se tratasse. Antes de nos chegarem às escolas, há essa preocupação, quase como uma antecâmara da escola, como alunos, é certo, porque também têm a sua própria experiência, depois como alunos de uma Instituição que os capacita para uma função e valida as suas competências, mas julgo que há preocupação desde logo de os integrar na sala de aula. Parece-me muito adequado, muito correto."

PCooperante, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"Estagiários fazem 3 semanas de observação, inicialmente, em que conhecem a escola, fazem a caracterização da turma, recebem a caracterização da turma, integram-se na escola, percebem a dinâmica da escola, percebem a dinâmica da relação escola inserida num Agrupamento, o facto das escolas do 1º ciclo e JI, agora sobre a tutela da Câmara Municipal, etc, etc. Depois, quando passam a assegurar docência supervisionada já são capazes de conhecer o contexto."

PCooperante, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"O nosso modelo de estágio é um modelo que tem várias componentes. Tem uma componente de prática letiva, em que se inclui a assistência às aulas, eles assistem às aulas dos colegas estagiários, do colega orientador e de outros professores, mas depois tem outras componentes. Tem uma componente que nós denominamos de "Intervenção na Comunidade Escolar", eles neste componente têm de participar em várias atividades que sejam organizadas pelo grupo disciplinar ou pela própria escola (...) e depois têm de fazer um relatório dessas atividades no âmbito do seu relatório final. Têm que organizar no âmbito da sua turma aquilo que nós chamamos de "Extensão curricular", ou seja, têm de organizar uma atividade que inclua todos os alunos, todos os professores da escola e inclua todos os Encarregados de Educação. Obviamente que aqui o "todos" é o objetivo. Eles também têm de fazer outra atividade que é a que chamamos as atividades científico-pedagógicas, e há uma individual e há outra coletiva, apresentadas em poster ou de artigo."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

As respostas de coordenadores de cursos e de professores cooperantes que consideraram que o modelo de FIP não oferece, ou oferece apenas em parte, condições de socialização com a profissão apontam, principalmente, razões relacionadas com o pouco tempo de contacto com as situações escolares ou com o próprio modelo. Foi dito:

"Se eu pensar que são 300 horas de prática para cada nível, eu digo são poucas (...) eles precisam de muita reflexão pedagógica, olhar para as coisas, pensar como é que é, como é que eu faria, porque é que faria, onde é que eu vou buscar sustentação."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

"São 2 aulas ou 3, da intervenção da minha parte, são poucas, 2 aulas, 2 horas letivas (...). Aulas efetivas são poucas, elas não são obrigadas a dar muitas aulas."

PCooperante, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

"Era suposto que eles assegurassem 16 tempos de 50 ou de 45 segmentos, pelo menos em cada disciplina. Só em Inglês, eram 32. Eles tinham de ir ao máximo de aulas possível. Neste caso, eles foram a todas as minhas aulas do 7º onde eles lecionavam, até porque isso eu não admito, ou trabalho assim ou não trabalho, mesmo o regulamento podendo dizer-nos que há uma certa flexibilidade. Só que eu não admito, eu não posso pensar que um estagiário chega ali e eu estou a dar um segmento de 6 aulas em que preparei, planifiquei uma unidade para 6 aulas, e eles a meio chegam e dão uma aula, e nem viram as anteriores nem vão ver as posteriores, assim não pode ser. Eu aí exijo que eles estejam sempre nas aulas, assim como também exijo, no 1º período, isto é tudo combinado com a Faculdade sempre. Não está escrito, que eu me lembre, explicitamente, que eles têm de, por exemplo, assegurar uma unidade de 6 segmentos seguidos de 45 (...) Eles podem dar as suas aulas soltas, uma hoje, outra depois aqui a 15 dias. Eu não faço isso. Faço isso no 1º período, as chamadas aulas zero, em que eles vêm a algumas minhas, depois fazem um roteiro mesmo escrito à mão, embora eles venham com a didática eu tenho que apalpar que didática é essa, eu sei o programa que dão na Faculdade, mas também não sei que reação é que eles tiveram à didática e à forma como planificam."

PCooperante, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"Espero que em breve haja coragem de olhar para o currículo de outra forma... e é esse trabalho que nós temos de fazer na formação e no modelo que adotamos. Estamos agora a discutir não tanto o modelo, mas sim aquilo que queremos do modelo (...) Eu ainda este ano como Diretor de Curso reuni as didáticas das Ciências com os colegas de Matemática, para percebermos como podíamos articular isto, porque depois na prática como orientador encontramos algumas lacunas científicas, de conteúdo disciplinar, que eles têm. Isto é umas das dificuldades que temos encontrado."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

“Os estagiários não estão o tempo necessário nas escolas para contactarem todos os aspetos que a profissão exige. Eu esforço-me para que eles frequentem no recreio e me acompanhem quando recebo os pais, mas muitas vezes eles não estão na escola”.

PCooperante, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

“Modelo muito fixo que dificulta a interação com contextos.”

CC, IES privado universitário, habilitação docência 1º e 2º CEB

“Eu acho que não foi nada boa ideia esta ideia do modelo de natureza bietápica e sequencial, acho que não faz sentido, exatamente porque a formação de professores é mesmo uma formação profissional (...) a formação de raiz tem de ser mesmo orientada para a atividade docente. Eu não fui nada entusiasta deste modelo (...) Acho que foi um recuo relativamente àquilo que se fazia nas variantes em que o curso era pensado desde início. Nós agora estamos num modelo muito estruturado, a questão dos créditos, a distribuição por áreas, é de tal maneira rígido que os cursos são todos mais ao menos a mesma coisa.”

CC, IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

Relação entre as IES e as Escolas/Prof. Cooperantes onde é realizada a iniciação à prática profissional (IPP)/prática de ensino supervisionada (PES), adequação do perfil académico e profissional do/a Prof Cooperante e condições criadas pela IES para essa adequação

Sendo reconhecido o papel que poderão ter na FIP os professores cooperantes pelo modo como introduzem os estudantes/futuros professores nas situações da docência e da ambiência escolar, nos estudos de caso, como já foi mencionado, foram inquiridos coordenadores de curso e também professores cooperantes sobre: a relação institucional existente; o modo como são selecionados os professores cooperantes das escolas; o reconhecimento do papel que os professores cooperantes exercem; a formação e experiência que possuem. Os dados destas entrevistas são apresentados cruzando opiniões de coordenadores de cursos como as que foram expressas por professores cooperantes. Realce-se, no entanto, que todos os coordenadores de curso (n=21) referiram reconhecer como muito positivo o papel dos professores cooperantes e estes últimos (n=16) agrada-lhes cooperar com as IES.

Relativamente à relação institucional e ao modo como são selecionados os professores cooperantes, foi referido:

“A Direção da Escola foi contactada pela IES, a diretora falou-me e eu aceitei.”

PCooperante do 2º CEB de curso de IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2ºCEB

"A coordenadora do curso liga de duas em duas semanas, além de fazer duas supervisões no tempo que eles cá estão, nos 2/3 meses que eles cá estão."

PCooperante de curso de IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2ºCEB

"Alguns dos orientadores cooperantes já foram nossos alunos, outros foram nossos colegas, temos alguns orientadores cooperantes que têm Doutorado, quase todos têm Mestrado."
CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"A Universidade também é a minha casa. É uma excelente forma de continuar o contacto."
PCooperante de curso de IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"Eu não estudei lá, mas sou lá tão bem recebido, que para mim também já é a minha casa."
PCooperante, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"Eu trabalho no ensino particular, num colégio particular, portanto toda a comunicação que me chega como cooperante é através da estagiária. Não há, a nível da correspondência, nem algo presencial, embora com as condições que nós sabemos que foram inerentes, nem reunião de Zoom, nem contacto telefónico. Portanto, é tudo através da estagiária."
PCooperante de curso de IES privado universitário, habilitação docência 1º e 2ºCEB

"Nós e a escola beneficiamos com os estágios. Aprendemos também muito. Por isso, tanto a direção da escola como eu estamos sempre disponíveis."
PCooperante, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"Existe um contacto permanente da professora da Instituição comigo, que sou professora cooperante."
PCooperante, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

Sobre a formação relacionada com a supervisão e a experiência que os professores cooperantes possuem, foi expresso:

"(...) nós conseguimos escolher dentro do lote que temos, aqueles que têm melhor perfil. Por exemplo, nós temos como cooperante uma pessoa que é doutorada, que tem uma longa experiência, doutorada em Educação e na Didática, conhece o nosso modelo. Ela tem uma série de funções quer na escola, quer a outros níveis, é coordenadora de departamento por exemplo, gere e coordena e dá formação aos colegas."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2ºCEB

"A Universidade oferece-nos formação contínua."
PCooperante do 1º CEB de curso de IES público universitário, habilitação docência 1º e 2ºCEB

"Nós temos neste momento um grupo muito bom de professores cooperantes. Eu tenho uma ação de formação (...) sobre as práticas criativas no ensino da literatura, onde os professores cooperantes também participam. Aliás, fiz no início do ano uma mesa-redonda sobre o ensino a distância com eles, portanto eles dão muito, não recebem nada como sabem. Aquilo que eu acho é que é nossa obrigação dar-lhes formação, mas também trazê-los para a formação, ouvi-los e discuti-los e é isso que nós estamos a fazer nesse projeto do ensino a distância."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"Eu, com a experiência de ser professora cooperante e porque pretendia aprofundar conhecimentos, acabei por fazer um mestrado em Supervisão."

PCooperante de IES público politécnico, habilitação docência 1º e 2ºCEB

"Temos neste momento um corpo relativamente estabilizado de professores cooperantes, que acompanham muito os alunos, são muito dedicados. Os graus de exigência não são todos os mesmos, mas neste momento, se eu pudesse congelar este ano, eu congelava e replicava para os outros. Agora não são aquilo que o decreto pede, eles não têm aquela formação específica que deveriam ter. Têm anos de serviço, mas não têm nenhuma formação em supervisão. O critério de seleção dos professores cooperantes é que haja alguém que aceite, porque é isso que o nosso Estado nos dá. É uma dor de cabeça, como deve imaginar, arranjar professores cooperantes para três cursos."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2ºCEB

Sobre esta relação entre as IES e as escolas/professores cooperantes foi também referido: *"Deveriam existir mais momentos de contacto entre a ESE e o corpo de professores cooperantes."*

PCooperante de curso de IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2ºCEB

"Temos que trazer mais as escolas para dentro da formação inicial, não só em contexto de receberem os nossos alunos estagiários."

CC, IES público universitário, habilitação docência 1º e 2ºCEB

A aceitação e a continuidade na função de professores cooperantes, como os excertos mostram, tem a ver com as relações existentes ou que são estabelecidas com a IES e o facto de considerarem que ela permite novas aprendizagens. No entanto, foi também reconhecido pelos coordenadores de curso que existe cada vez mais dificuldade em recrutar novos professores cooperantes, nomeadamente pelo facto do trabalho que têm de exercer não lhes ser reconhecido pelo Ministério, tal como acontecia há anos atrás. Foi dito:

"Quando queremos oferecer aos alunos situações de prática docente nas escolas, deparamo-nos com a dificuldade em encontrar professores disponíveis. É difícil pedir aos professores

mais do que já dão. Nós gostaríamos de dinamizar atividades dentro da própria escola, ou de articulação da escola com a Universidade, mas já temos muita sorte quando conseguimos encontrar uma escola."

CC, IES público universitário, habilitação docência 3º CEB e Secundário

"Por exemplo, este ano, confrontamo-nos com a situação de nos dizerem que por causa da pandemia não nos queriam nas escolas."

"Eu, no início do ano, estava muito preocupada, porque mudamos por completo de parceiros, os Agrupamentos com quem costumamos trabalhar habitualmente fecharam-nos as portas e passamos para outros Agrupamentos."

CC, IES privado politécnico, habilitação docência 1º e 2º CEB

PARTE III

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

Como foi expresso, o projeto teve como intenção primeira aprofundar o conhecimento sobre o perfil académico e profissional dos docentes que, nas IES público e nas IES privado, em Portugal, asseguram a formação inicial de professores (FIP) dos ensinos básico e secundário. Neste sentido, as fases 1 e 2 do estudo, que corresponderam a uma análise documental, orientaram-se em função do seguinte objetivo geral:

Caracterizar o perfil académico e profissional dos professores do ensino superior que asseguram a formação inicial de professores, dos ensinos básico e secundário, nas unidades curriculares relacionadas com o exercício docente/prática curricular de ensino-aprendizagem-avaliação.

Para aprofundar os dados recolhidos nas fases 1 e 2, na fase 3, última do estudo, realizaram-se estudos de caso que pretenderam conhecer, pela voz de coordenadores de cursos e de professores cooperantes, condições que existem para a formação dos estudantes adequadamente preparados para o exercício das funções docentes. Os dados recolhidos, e interpretados pela técnica da análise de conteúdo, permitiram reconhecer que as situações são diversas em função do tipo de instituição, pública ou privada, e do nível de escolaridade a que se destina o curso. Permitiram também concluir que essas diferenças estão muito relacionadas com culturas institucionais e com modos como as IES se ajustam ao que delas se espera por fazerem parte deste nível de ensino, assim como do corpo docente que as constitui.

Sistematizando o conhecimento construído, e no que diz respeito ao perfil académico, profissional e de investigação dos docentes, formadores de professores que asseguram as unidades curriculares relacionadas com o exercício docente/prática curricular de ensino-aprendizagem-avaliação, no ensino básico e no secundário, constatou-se:

- A maior parte dos docentes é do **género feminino**, encontra-se em regime de **tempo integral** e enquadra-se na **categoria profissional** de Professor Auxiliar (subsistema universitário) e de Professor Adjunto (subsistema politécnico). É de realçar que, sendo a formação inicial de professores tão importante, sejam predominantemente os professores em início da carreira profissional que asseguram estes cursos. Por outro lado, constata-se também que, apesar da legislação (D.L. n.º 65/2018) apontar para que a percentagem de professores associados e professores catedráticos (no subsistema universitário) e a de professores coordenadores e professores coordenadores principais (no subsistema politécnico) aumente, muitas das instituições não têm aberto concursos para ascensão na carreira, ou abrem-nos com poucas vagas, o que pode também ser um indicador das dificuldades financeiras que o ensino superior vive.
- De um modo geral, as principais atividades de **desenvolvimento profissional dos docentes do ensino superior são, predominantemente, de carácter organizacional**, seguindo-se, no caso dos cursos que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade das IES público politécnico, atividades no âmbito da formação contínua de professores e, no

caso dos cursos que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário (IES público universitário), atividades de extensão à comunidade. Sendo reconhecida, qualquer que seja o ramo de atividade, a importância de um investimento em processos de desenvolvimento profissional, há que prestar atenção ao baixo número de docentes que apresenta, na Ficha de CV, atividades deste tipo. Esta constatação deve merecer a atenção da A3ES, pela influência que pode ter na autoavaliação dos próprios docentes o preenchimento da respetiva Ficha de CV. Recorrer a um modelo que, na sua estrutura, pressuponha este campo de ação, assim como a forma como é concretizado, poderá vir a ter bons reflexos no envolvimento de docentes em processos de desenvolvimento profissional.

- As referências a formação e **experiência de docência nos ensinos básico e ou secundário** são em número relativamente baixo e ocorrem, predominantemente, nas IES politécnico. Como é sabido, no subsistema de ensino superior politécnico está previsto a categoria professor especialista que tem como intenção proporcionar possibilidades de, neste caso, docentes com experiência de escolas há menos de 5 anos tragam para os cursos de formação profissionalizante a experiência da própria profissão. Não existindo esta categoria profissional no IES universitário, espera-se, no entanto, que o contacto com as realidades escolares e do exercício docente seja proporcionado através da investigação ou das atividades de extensão à comunidade.

- **Muitos** dos docentes, formadores de professores, que asseguram UC relacionadas como exercício docente/prática curricular de ensino-aprendizagem-avaliação **possuem o doutoramento e têm habilitações académicas ajustadas à natureza das UC que lecionam**. No entanto, há que registar que **cerca de um terço do total destes docentes não tem formação no ramo educacional e apresentam perfis académicos desajustados à natureza de algumas das componentes de formação**. Esta situação ocorre, predominantemente, ao nível das **Didáticas Específicas** (situação que se verifica em cursos que habilitam para os diferentes níveis de escolaridade), mas também ao nível da **Área Educacional Geral** (no caso das IES público que habilitam para a docência nos primeiros seis anos de escolaridade) e da **Iniciação à Prática Profissional/Prática de Ensino Supervisionada** (no caso das IES público que habilitam para a docência no 3º CEB e ensino secundário).

- A maioria dos docentes refere **ligação a Centros de Investigação** na área dos cursos (predominantemente no caso das IES público universitário), apesar de serem residuais as explicitações relativas ao envolvimento em projetos e de ficar por esclarecer o tipo de pertença a esses Centros. Esta falta de clareza constitui também um motivo a que deve ser dada atenção, nomeadamente pela A3ES, pelos efeitos que o preenchimento da ficha de CV pode gerar nos docentes quando tomam consciência da sua relação com a investigação, sendo professores do ensino superior.

- Grande parte dos docentes que asseguram as UC relacionadas com o exercício docente/prática curricular de ensino-aprendizagem-avaliação, em todos os níveis de escolaridade, referem publicações. No entanto, o **volume de publicação de artigos**, por estes docentes, é, de um modo geral, baixo (embora nos cursos que habilitam para a docência no 3º CEB e no ensino secundário haja um equilíbrio entre nível baixo e nível médio) e ocorram assimetrias entre docentes que publicam regularmente e docentes com pouca publicação (principalmente nos cursos do subsistema politécnico das IES público). As **publicações de ordem didática**, de que são exemplo manuais escolares e cadernos didáticos, **são em número residual**. Apesar disso, há referências a outro tipo de publicações, quer na forma de livros ou capítulos de livro, quer na forma de atas ou *ebooks*.

- A publicação de **artigos em revistas indexadas Scopus ou Web of Science é reduzida**, embora seja mais expressiva (perto de 42%) no caso dos docentes de IES público universitário do que nos de IES politécnico, público ou privado (que corresponde, em ambos os casos, a cerca de 27% e 29%, respetivamente). As publicações na forma de artigo científico em revistas com outras indexações são de um modo geral em coautoria, embora, no caso dos docentes dos politécnicos e, especificamente nas publicações nacionais sejam, na sua maioria, publicações de um único autor. Estes dados devem suscitar uma ampla reflexão, nomeadamente a que tem a ver com as condições que estão a ser dadas aos docentes para realizarem investigação que proporcionem, aos estudantes, experiências de aprendizagem através do envolvimento na investigação. Deve também permitir refletir sobre culturas institucionais capazes de estimular o trabalho em equipas, situação que favorece o envolvimento em projetos que permitem construir conhecimento e difundí-lo.

A estas conclusões, os **estudos de caso** permitem acrescentar:

- **Nas IES público universitário todos os docentes são doutorados**. Nas IES politécnico, público ou privado, predominam, nestes cursos, docentes com nível de doutoramento e de relação com as UC que lecionam. Quanto à forma **como é feita a distribuição do serviço docente**, ela varia de instituição para instituição. No entanto, de um modo geral, não são os coordenadores de curso que assumem esta responsabilidade. No caso das IES privado ela é feita pela direção da instituição e no caso das IES público, politécnico ou universitário, essa DSD vem muitas vezes dos Departamentos ou de outros órgãos e estruturas da instituição que assumem essa função.

- Apesar da DSD não ser feita, em muitos casos, pelo coordenador de curso, de um modo geral, há o **cuidado de atribuir as UC de IPP/PES preferencialmente a docentes com experiência profissional no ensino não superior ou profissionalizados** para o ensino nas áreas dos cursos ou que têm algum tipo de experiência no acompanhamento da prática de ensino supervisionada. No entanto, em algumas universidades esta situação nem sempre

é possível, nomeadamente porque o corpo docente que ficou associado ao curso ter, na sua origem, formação não orientada para o campo educacional.

- No caso das UC do campo das Artes, pela sua especificidade e amplitude, são reconhecidas dificuldades. Para as resolver, há IES politécnico público que recorrem à atribuição das UC a equipas de docentes com perfil complementar que realizam participações em coadjuvação.

- É reconhecido que as avaliações dos cursos pela A3ES têm tido como efeito um maior cuidado das IES na DSD e no estabelecimento de relações entre o perfil académico e de investigação de cada docente e as UC que lecionam. Apesar disso, continuam a existir alguns problemas de falta de docentes com formação específica nas UC das componentes de Didáticas específicas e de formação educacional geral.

- É considerado por muitos coordenadores de cursos que existem algumas condições institucionais, e são por elas feitas exigências, para que os docentes e estudantes se envolvam em atividades de investigação associada aos cursos e às UC do plano de estudos. Estas exigências resultam, entre outras, do facto dos docentes pertencerem, como membros integrados, a Centros de Investigação reconhecidos pela FCT, e também das avaliações feitas pela A3ES. Para concretizarem investigação relacionada com estes cursos, algumas IES usam como estratégia o trabalho que é realizado pelos estudantes na UC de prática de ensino supervisionada.

- A falta de tempo, e a amplitude de tarefas que cada docente tem, são apontadas como a grande dificuldade para que os docentes se envolvam em investigação capaz de produzir conhecimento para publicar.

- As opiniões sobre as condições que o modelo de FIP proporciona para a socialização com a profissão dividem-se entre os coordenadores de curso e professores cooperantes que consideram que ele as oferece e os que consideram que essas condições existem apenas em parte ou não existem. As justificações para estes dois últimos casos têm a ver, principalmente, com o tempo escasso de contacto com as escolas e a docência de aulas. Este aspeto é por alguns coordenadores e professores cooperantes percecionado em sentido oposto, que justificam que o modelo de FIP oferece condições para a socialização com a profissão por oferecer oportunidades de contacto com as situações escolares. De qualquer modo, as principais razões apontadas para justificar o sim estão relacionadas com a articulação que o modelo proporciona entre teoria e prática e por incluir uma dimensão de investigação.

- Sobre a relação entre as IES e as escolas/professores cooperantes, os dados recolhidos mostram também situações diversas. Há vários casos em que os professores cooperantes aceitam a função porque foram alunos da IES ou porque não o sendo se sentem por ela bem recebidos ou ainda porque consideram que, ao exercer esta função, fazem novas aprendizagens.

Esta situação tem permitido que muitas das IES disponham de um conjunto de professores cooperantes a que recorrem e que consideram ter o perfil adequado. No entanto, **há casos em que tem sido cada vez mais difícil às IES obterem os professores cooperantes de que necessitam**. Esta situação alerta, uma vez mais, para a urgência do Ministério da Educação e demais entidades responsáveis pela FIP cuidarem de um reconhecimento formal do papel que estes professores têm e definirem, ao mesmo tempo, critérios para o exercer. É igualmente importante que as IES ofereçam condições que permitam o desenvolvimento profissional destes professores ao nível das atividades que deles são esperadas.

RECOMENDAÇÕES

Os resultados que o estudo obteve permitem tecer **Recomendações** que têm como objetivo contribuir para a melhoria da formação inicial de professores, nomeadamente quanto à necessidade de:

- Reconhecer que a FIP é importante e, por isso, a ela afetar docentes com investimento na progressão da carreira.
- As IES criarem condições internas para o fortalecimento de dinâmicas de trabalho colaborativo efetivas e sistemáticas (nomeadamente na redução do esforço associado à componente organizacional do trabalho), que possam ter efeitos positivos no desenvolvimento de projetos associados às áreas dos cursos.
- Zelar e acompanhar a relação entre o envolvimento docente em projetos e a respetiva produção e divulgação do conhecimento.
- Estudar condições que permitam que a divulgação de conhecimento produzido seja feita em revistas reconhecidas no meio académico e, em particular, as que são indexadas na Scopus e/ou Web of Science.
- Delinear estratégias institucionais que permitam o envolvimento dos estudantes/futuros professores em ambientes que propiciem o desenvolvimento de competências de investigação sobre o campo educacional geral e o exercício da docência em particular.
- Perspetivar formas de envolvimento institucional ativo dos docentes, formadores de professores, que não tenham formação académica de base no ramo educacional, em atividades de desenvolvimento profissional relacionadas com o exercício da docência nos níveis escolares para os quais estão a formar.

• Ser criado pela A3ES um *template* de Ficha CV mais estruturado, que uniformize a informação e apoie os próprios docentes no diagnóstico sobre a sua adequação às UC que asseguram. Apesar de ter havido uma melhoria da Ficha de CV dos docentes entre o primeiro ciclo avaliativo de cursos, da responsabilidade da A3ES, e o segundo, seria importante esta melhoria. Esse cuidado, para além de facilitar a análise e a comparação dos cursos, permitiria aos próprios docentes fazerem um diagnóstico sobre os aspetos em que deviam investir para que o seu perfil profissional se adequasse às UC que asseguram. Por outro lado, esse cuidado facilitaria a avaliação que é feita permitindo que os dados fornecidos não sejam tão díspares, entre docentes e entre IES, fornecendo um conhecimento mais realista das situações. Em síntese, dada a relevância que o perfil académico e profissional dos docentes pode ter na qualidade dos cursos e na formação dos estudantes, este procedimento poderia contribuir para a melhoria do processo de avaliação/acreditação dos cursos e estimularia as próprias IES a criarem condições para que o corpo docente investisse em atividades adequadas de desenvolvimento profissional. Neste sentido, considera-se que as fichas de CV deviam incluir os seguintes de campos específicos de recolha de dados:

- tipo de vínculo dos docentes aos Centros de Investigação que referem;
- tipo de reconhecimento pela FCT do Centro de Investigação que está a ser tido em consideração quando é referida essa pertença;
- participação em projetos de investigação, com especificação de vários parâmetros associados, nomeadamente as que este estudo identificou e que constam da grelha construída para a análise (Anexo A);
- atividades de desenvolvimento de natureza profissional, com especificação de uma diversidade de atividades possíveis, nomeadamente as que este estudo identificou;
- publicações por tipo (revistas nacionais/revistas internacionais; indexadas Scopus ou Web of Science/outras indexações/outro tipo de publicação).

• Reconhecer, institucionalmente, o papel que os professores cooperantes têm na formação inicial de professores e estabelecer condições, por eles a serem cumpridas, de desenvolvimento profissional que lhes permita aprofundar conhecimentos sobre práticas de ensino supervisionado e de envolvimento dos estudantes em estágio em atividades de investigação sobre a prática docente.

• Assegurar, na relação entre as IES e as escolas cooperantes, que os protocolos de cooperação sejam ampliados a processos institucionais de trabalho coletivo que não deixem os professores cooperantes no isolamento de trabalho apenas com os estagiários.

ANEXOS

ANEXO A

Grelha para análise das Fichas de CV dos docentes

Parte I

Subsistema Universitário	Dados subme- tidos à A3ES em...	Universi- dade da Madeira - Faculdade de... (Total: docentes)	Licencia- tura em Edu- cação Básica ACEF...	UC do Curso				Género		Tipo de colaboração		Categoria Profissional								
				Nome	Área		Semestre	Horas	F	M	Tempo integral	Tempo parcial	Catedrá- tico	Auxi- liar	Associa- do	Assis- tente				
AEG	DE	IPP	1		2	3											4			

Parte 2

Dados submetidos à A3ES em...								
Licenciatura em Educação Básica ACEF..								
UC do Curso	Grau Académico							
	Doutor		Mestre		Licenciatura		Outras	
	Designação		Designação		Designação		Designação	

Parte 3

Subsistema Universitário		Dados submetidos à A3ES em...					
Universidade da Madeira - Faculdade de... (Total: docentes)		Licenciatura em Educação Básica ACEF...					
Docente	UC do Curso	Pertença a Centro Investigação				Coordenação	
		Membro integrado	Membro colaborador	Não específica	Centro de investigação	Centro de Investigação FCT	Unidade de Investigação não FCT

ANEXO B

Lista dos cursos de IES público (1º e 2º CEB) identificados para análise

Tabela 1 Instituições de Ensino Superior público que asseguram cursos de licenciatura em Educação Básica
CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO BÁSICA
Instituição de Ensino Superior (público)/Ciclos de Estudo (CE) – SUBSISTEMA UNIVERSITÁRIO (n=6)
Universidade dos Açores
Universidade de Aveiro
Universidade de Évora
Universidade da Madeira
Universidade do Minho
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Instituição de Ensino Superior (público)/Ciclos de Estudo (CE) – SUBSISTEMA POLITÉCNICO (n=14)
Universidade do Algarve
Instituto Politécnico de Beja
Instituto Politécnico de Bragança
Instituto Politécnico de Castelo Branco
Instituto Politécnico de Coimbra
Instituto Politécnico da Guarda
Instituto Politécnico de Leiria
Instituto Politécnico de Lisboa
Instituto Politécnico de Portalegre
Instituto Politécnico do Porto
Instituto Politécnico de Santarém
Instituto Politécnico de Setúbal
Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Instituto Politécnico de Viseu

Tabela 2 | Instituições de Ensino Superior público e cursos de mestrado que habilitam profissionalmente para a docência (Perfis de 2 a 5, cf. D. L. nº 79/2014)

Instituição de Ensino Superior (público)	Curso(s) de mestrado/Ciclo de Estudos (CE)
Subsistema Universitário	
Universidade dos Açores	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
Universidade de Aveiro	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
Universidade de Évora	Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
Universidade da Madeira	Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
Universidade do Minho	Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico*
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
Subsistema Politécnico	
Universidade do Algarve (Escola Superior de Educação e Comunicação)	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico de Beja	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico de Bragança	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico de Castelo Branco	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico de Coimbra	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico

* Embora este mestrado se enquadre nos critérios de seleção definidos para o estudo, não foi analisado nesta fase, uma vez que a informação disponibilizada para o efeito corresponde ao 2º ciclo de avaliação e acreditação (2018 e 2019) e não ao 1º ciclo de avaliação e acreditação (2014 e 2015).

Tabela 2 | Instituições de Ensino Superior público e cursos de mestrado que habilitam profissionalmente para a docência (Perfis de 2 a 5, cf. D. L. nº 79/2014)

Instituição de Ensino Superior (público)	Curso(s) de mestrado/Ciclo de Estudos (CE)
Subsistema Universitário	
Instituto Politécnico da Guarda	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico de Leiria	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico de Lisboa	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico do Porto	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2.º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico de Santarém	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e de Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico de Setúbal	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico de Viana Do Castelo	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo de Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico de Viseu	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências da Natureza do 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico

ANEXO C

Lista dos cursos de IES privado (1º e 2º CEB) identificados para análise

Tabela 3 | Instituições de Ensino Superior Privado que asseguram cursos de 1º e 2º ciclos de estudos (Licenciatura e Mestrado) que habilitam profissionalmente para a docência (perfis de 2 a 5, cf. D. L. N.º 79/2014)

Instituição de Ensino Superior Privado	Curso(s) FIP
Instituto Politécnico da Lusofonia (Escola Superior de Educação da Lusofonia)	Licenciatura em Educação Básica
	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico
Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Lda (Escola Superior de Educação de Fafe)	Licenciatura em Educação Básica
	Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico
	Licenciatura em Educação Básica
Associação de Jardins-Escolas João de Deus (Escola Superior de Educação de João de Deus)	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Licenciatura em Educação Básica
Província Portuguesa do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti)	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico
	Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul (Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada)	Licenciatura em Educação Básica
	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
Associação de Pedagogia Infantil (Api) (Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich) – EM CONSÓRCIO COM O ISPA	Licenciatura em Educação Básica
	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Superior de Ciências Educativas (Instituto Superior de Ciências Educativas)	Licenciatura em Educação Básica
Pedago - Sociedade de Empreendimentos Pedagógicos, Lda. (Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro)	Licenciatura em Educação Básica
	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico.
Universitas, Crl (Instituto Superior de Educação e Ciências)	Licenciatura em Educação Básica
	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

ANEXO D

Lista dos cursos de IES público (3º CEB e Ensino Secundário) identificados para análise

Tabela 4 | Instituições de Ensino Superior público que asseguram cursos de mestrado de habilitação profissional para a docência (3º CEB e Ensino Secundário - cf. D. L. nº 79/2014)

Subsistema universitário	
Universidade de Aveiro	Ensino de Português e de Alemão ou Espanhol ou Francês no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidades/Perfis do grau de mestre 11, 12 e 13, respetivamente)
	Ensino de Inglês e de Alemão ou Espanhol ou Francês no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidades/Perfis do grau de mestre 16, 17 e 18, respetivamente)
	Ensino de Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 23)
	Ensino de Biologia e Geologia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 25)
Universidade da Beira Interior	Ensino de Português e de Espanhol no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 12)
	Ensino de Filosofia no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 19)
	Ensino de Física e de Química no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 24)
	Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 31)
Universidade de Coimbra	Ensino de Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 9)
	Ensino de Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário e de Latim no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 10)
	Ensino de Português e de Alemão ou Espanhol ou Francês ou Inglês no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidades/Perfis do grau de mestre 11, 12, 13 e 14, respetivamente)
	Ensino de Inglês no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 15)
	Ensino de Inglês e de Alemão ou Espanhol ou Francês no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidades/Perfis do grau de mestre 16, 17 e 18, respetivamente)
	Ensino de Filosofia no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 19)
	Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 20)
	Ensino de Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 21)
Ensino de Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 23)	
Ensino de Física e de Química no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 24)	
Ensino de Biologia e Geologia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 25)	
Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 31)	

Tabela 4 | Instituições de Ensino Superior público que asseguram cursos de mestrado de habilitação profissional para a docência (3º CEB e Ensino Secundário - cf. D. L. nº 79/2014)

Subsistema universitário	
Universidade de Évora	Ensino de Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 23)
	Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 20)
	Ensino de Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 21)
	Ensino de Economia e de Contabilidade (Especialidade/Perfil do grau de mestre 22)
	Ensino de Física e de Química no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 24)
Universidade de Lisboa	Ensino de Biologia e Geologia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 25)
	Ensino de Informática (Especialidade/Perfil do grau de mestre 27)
	Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 29)
	Ensino de Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 23)
	Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 31)
Universidade da Madeira	Ensino da Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 20)
	Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 31)
	Ensino de Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 9)
	Ensino de Filosofia no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 19)
	Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 20)
Universidade do Minho	Ensino de Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 23)
	Ensino de Física e de Química no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 24)
	Ensino de Biologia e Geologia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 25)
	Ensino de Informática (Especialidade/Perfil do grau de mestre 27)

Tabela 4 | Instituições de Ensino Superior público que asseguram cursos de mestrado de habilitação profissional para a docência (3º CEB e Ensino Secundário - cf. D. L. nº 79/2014)

Subsistema universitário	
Universidade Nova de Lisboa	Ensino de Educação Musical no Ensino Básico (Especialidade/Perfil do grau de mestre 8)
	Ensino de Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 9)
	Ensino de Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário e de Latim no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 10)
	Ensino de Português e de Alemão ou Espanhol ou Francês ou Inglês no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidades/Perfis do grau de mestre 11, 12, 13 e 14, respetivamente)
	Ensino de Inglês no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 15)
	Ensino de Inglês e de Alemão ou Espanhol ou Francês no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidades/Perfis do grau de mestre 16, 17 e 18, respetivamente)
	Ensino de Filosofia no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 19)
	Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 20)
	Ensino de Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 21)
	Ensino de Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 23)
Universidade do Porto	Ensino de Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 9)
	Ensino de Português e de Alemão ou Espanhol ou Francês ou Inglês no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidades/Perfis do grau de mestre 11, 12, 13 e 14, respetivamente)
	Ensino de Inglês e de Alemão ou Espanhol ou Francês no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidades/Perfis do grau de mestre 16, 17 e 18, respetivamente)
	Ensino de Filosofia no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 19)
	Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 20)
	Ensino de Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 21)
	Ensino de Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 23)
	Ensino de Física e de Química no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 24)
	Ensino de Biologia e Geologia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 25)
	Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 29)
Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 31)	

Tabela 4 | Instituições de Ensino Superior público que asseguram cursos de mestrado de habilitação profissional para a docência (3º CEB e Ensino Secundário - cf. D. L. nº 79/2014)

Subsistema universitário

Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro/ Escola de Ciências Humanas e Sociais	Ensino de Informática (Especialidade/Perfil do grau de mestre 27)
	Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 31)

Subsistema politécnico

Instituto Politécnico de Bragança	Ensino de Educação Musical no Ensino Básico (Especialidade/Perfil do grau de mestre 8)
Instituto Politécnico do Porto	Ensino de Educação Musical no Ensino Básico (Especialidade/Perfil do grau de mestre 8)
Instituto Politécnico de Viseu	Ensino de Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico (Especialidade/Perfil do grau de mestre 7)

ANEXO E

Número de docentes/Unidades Curriculares identificadas para análise - Cursos de IES público (1º e 2º CEB)

**Tabela 5 | Número de unidades curriculares selecionadas para análise e docentes associados –
Licenciatura em Educação Básica, Subsistema Universitário Público**

Instituição de Ensino Superior (público)/ Ciclos de Estudos (CE)	Nº de UC selecionadas*	Nº de Docentes selecionados
Universidade dos Açores	23	16
Universidade de Aveiro	17	16
Universidade de Évora	16	12
Universidade da Madeira	17	15
Universidade do Minho	25	22
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	11	10
Total	109	91

*Unidades Curriculares (UC): AEG, DE e IPP (FAD excluída)

**Tabela 6 | Número de unidades curriculares selecionadas para análise e docentes associados –
Licenciatura em Educação Básica, Subsistema Politécnico Público**

Instituição de Ensino Superior (público)/ Ciclos de Estudos (CE)	Nº de UC selecionadas*	Nº de Docentes selecionados
Universidade do Algarve	17	13
Instituto Politécnico de Beja	17	14
Instituto Politécnico de Bragança	28	22
Instituto Politécnico de Castelo Branco	18	14
Instituto Politécnico de Coimbra	32	24
Instituto Politécnico da Guarda	22	13
Instituto Politécnico de Leiria	25	17
Instituto Politécnico de Lisboa	40	32
Instituto Politécnico de Portalegre	18	14
Instituto Politécnico do Porto	28	24
Instituto Politécnico de Santarém	25	17
Instituto Politécnico de Setúbal	25	20
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	16	14
Instituto Politécnico de Viseu	52	24
Total	363	262

*Unidades Curriculares (UC): AEG, DE e IPP (FAD excluída)

Tabela 7 | Número de unidades curriculares selecionadas para análise e docentes associados – Mestrados (especialidades/perfis de 2 a 5), Subsistema Universitário Público

Instituição de Ensino Superior (público)	Curso(s) de mestrado/ Ciclo de Estudos (CE)	Nº de UC selecionadas*	Nº de Docentes selecionados**
Universidade dos Açores	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	32	18
Universidade de Aveiro	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	56	30
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico		
Universidade de Évora	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico	14	9
	Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico		
Universidade da Madeira	Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	25	15
Universidade do Minho	Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	32	27
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico		
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico		
Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico	21	17
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico		
Total		180	116

*Unidades Curriculares (UC): AEG, DE e IPP (FAD excluída)

**No caso de IES com mais do que um curso de mestrado de habilitação profissional para a docência, e uma vez que vários docentes lecionam em mais do que um dos mestrados, optou-se por contabilizar conjuntamente os docentes envolvidos nesses mestrados, nomeadamente para evitar repetições de docentes na análise.

Tabela 8 | Número de unidades curriculares selecionadas para análise e docentes associados – Mestrados (especialidades/perfis de 2 a 5), Subsistema Politécnico Público

Instituição de Ensino Superior (público)	Curso(s) de mestrado/ Ciclo de Estudos (CE)	Nº de UC selecionadas*	Nº de Docentes selecionados**
Universidade do Algarve (Escola Superior de Educação e Comunicação)	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico	26	18
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico		
Instituto Politécnico de Beja	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	37	14
Instituto Politécnico de Bragança	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	38	23
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico		
Instituto Politécnico de Castelo Branco	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico		
Instituto Politécnico de Coimbra	Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	19	12
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico		
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico		
Instituto Politécnico da Guarda	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	21	14
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico		
Instituto Politécnico de Leiria	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	55	23
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico		
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico		
Instituto Politécnico de Lisboa	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico	40	27
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico		

Tabela 8 | Número de unidades curriculares selecionadas para análise e docentes associados – Mestrados (especialidades/perfis de 2 a 5), Subsistema Politécnico Público

Instituição de Ensino Superior (público)	Curso(s) de mestrado/ Ciclo de Estudos (CE)	Nº de UC selecionadas*	Nº de Docentes selecionados**
Instituto Politécnico do Porto	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico		
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2.º Ciclo do Ensino Básico	15	12
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º Ciclo do Ensino Básico		
Instituto Politécnico de Santarém	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico		
	Ensino de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e de Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico	43	18
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico		
Instituto Politécnico de Setúbal	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico		
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico	45	19
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico		
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo de Ensino Básico		
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico	58	24
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico		
Instituto Politécnico de Viseu	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico		
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências da Natureza do 2º Ciclo do Ensino Básico	19	10
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico		
Total		433	229

*Unidades Curriculares (UC): AEG, DE e IPP (FAD excluída)

**No caso de IES com mais do que um curso de mestrado de habilitação profissional para a docência, e uma vez que vários docentes lecionam em mais do que um dos mestrados, optou-se por contabilizar conjuntamente os docentes envolvidos nesses mestrados, nomeadamente para evitar repetições de docentes na análise.

ANEXO F

Número de docentes/Unidades Curriculares identificadas para análise -
Cursos de IES privado (1º e 2º CEB)

Tabela 9 | Número de unidades curriculares identificadas para análise e número de professores que a elas estão associados – Licenciatura em Educação Básica, Subsistema Politécnico Privado

Instituição de Ensino Superior Privado/Ciclos de Estudos (CE)	Nº de UC selecionadas*	Nº de Docentes selecionados**
Instituto Politécnico da Lusofonia (Escola Superior de Educação da Lusofonia)	39	22
Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Lda. (Escola Superior de Educação de Fafe)	42	22
Associação de Jardins-Escolas João de Deus (Escola Superior de Educação de João de Deus)	50	32
Província Portuguesa do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti)	42	24
Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul (Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada)	38	22
Associação de Pedagogia Infantil (Api) (Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich) – EM CONSÓRCIO COM O ISPA	69	28
Instituto Superior de Ciências Educativas (Instituto Superior de Ciências Educativas)	45	24
Pedago - Sociedade de Empreendimentos Pedagógicos, Lda. (Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro)	43	27
Universitas, Crl (Instituto Superior de Educação e Ciências)	53	27
Total	421	228

*Unidades Curriculares (UC): AEG (Área Educacional Geral) DE (Didáticas Específicas) e IPP (Iniciação à Prática Profissional/Prática de Ensino Supervisionada). Foi excluída a componente FAD (Formação nas Áreas da Docência).

**No caso de IES com mais do que um curso de mestrado de habilitação profissional para a docência, e uma vez que vários docentes lecionam em mais do que um dos mestrados, optou-se por contabilizar conjuntamente os docentes envolvidos nesses mestrados, nomeadamente para evitar repetições de docentes na análise.

Tabela 10 | Número de unidades curriculares identificadas para análise e número de professores a elas associados – Mestrados (especialidades/perfis de 2 a 5), Subsistema Politécnico Privado

Instituição de Ensino Superior Privado	Curso(s) de mestrado/ Ciclo de Estudos (CE)	Nº de UC selecionadas*	Nº de Professores selecionados**
Instituto Politécnico da Lusofonia (Escola Superior de Educação da Lusofonia)	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico	26	12
Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Lda (Escola Superior de Educação de Fafe)	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico	23	18
	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	34	30
Associação de Jardins-Escolas João de Deus (Escola Superior de Educação de João de Deus)	Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico	35	29
	Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico	24	12
Província Portuguesa do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti)	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico	55	26
	Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico	51	23
Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul (Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada)	Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico	53	16
	Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico	19	14
Associação de Pedagogia Infantil (Api) (Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich) – EM CONSÓRCIO COM O ISPA	Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico	31	26
Pedago - Sociedade de Empreendimentos Pedagógicos, Lda. (Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro)	Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico	32	18
Universitas, Crl (Instituto Superior de Educação e Ciências)	Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico	34	24
Total		417	248

*Unidades Curriculares (UC): AEG (Área Educacional Geral) DE (Didáticas Específicas) e IPP (Iniciação à Prática Profissional/Prática de Ensino Supervisionada). Foi excluída a componente FAD (Formação nas Áreas da Docência).

**No caso de IES com mais do que um curso de mestrado de habilitação profissional para a docência, e uma vez que vários docentes lecionam em mais do que um dos mestrados, optou-se por contabilizar conjuntamente os docentes envolvidos nesses mestrados, nomeadamente para evitar repetições de docentes na análise.

ANEXO G

Número de docentes/Unidades Curriculares identificadas para análise -
Cursos de IES público (3º CEB e Ensino Secundário)

Tabela 11 Número de unidades curriculares selecionadas para análise e docentes associados		
SUBSISTEMA UNIVERSITÁRIO		
Instituição de Ensino Superior público	Nº de UC selecionadas*	Nº de Docentes selecionados
Universidade da Beira Interior	57	37
Universidade da Madeira	33	25
Universidade de Aveiro	25	18
Universidade de Coimbra	174	131
Universidade de Évora	2	2
Universidade de Lisboa	202	93
Universidade de Trás-os-Montes-e-Alto-Douro (UTAD)	45	26
Universidade do Minho	77	54
Universidade do Porto	180	111
Universidade Nova de Lisboa	103	35
Total	898	532
SUBSISTEMA POLITÉCNICO		
Instituição de Ensino Superior público	Nº de UC selecionadas*	Nº de Docentes selecionados
Instituto Politécnico de Bragança	20	10
Instituto Politécnico do Porto	14	8
Instituto Politécnico de Viseu	23	12
Total	57	30

*Unidades Curriculares (UC): AEG, DE e IPP (FAD excluída)

ANEXO H

Estudos de Caso realizados – IES público e IES privado
 - Cursos que habilitam para a docência no 1º, 2º e 3º CEB e no Ensino Secundário

Tabela 12 | Estudos de Caso - IES público (1º e 2º CEB) Subsistema Universitário

Instituição de Ensino Superior (público) Universitário	Ciclo de Estudos
Universidade de Aveiro	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
Universidade de Évora	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Licenciatura em Educação Básica
	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

Tabela 13 | Estudos de Caso - IES público (1º e 2º CEB) Subsistema Politécnico

Instituição de Ensino Superior (público) Politécnico	Ciclo de Estudos
Instituto Politécnico de Bragança	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Licenciatura em Educação Básica
Instituto Politécnico de Leiria	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico

Tabela 14 | Estudos de Caso - IES privado (1º e 2º CEB) Subsistema Politécnico

Instituição de Ensino Superior (privado) Politécnico	Ciclo de Estudos
Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Lda (Escola Superior de Educação de Fafe)	Licenciatura em Educação Básica
	Mestrado em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico
Província Portuguesa do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti)	Licenciatura em Educação Básica
	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico
	Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico
Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul (Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada)	Licenciatura em Educação Básica
	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
Universitas, Crl (Instituto Superior De Educação e Ciências)	Licenciatura em Educação Básica
	Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

Tabela 15 | Estudos de Caso - IES público (3º CEB e Ensino Secundário) Subsistema Universitário

Instituição de Ensino Superior (público) Universitário	Ciclo de Estudos
Universidade de Coimbra	Ensino de Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 9)
	Ensino de Inglês e de Língua estrangeira (Alemão ou Espanhol ou Francês) no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Especialidades/Perfis do grau de mestre 16, 17 e 18, respetivamente)
Universidade da Madeira	Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário (Especialidade/Perfil do grau de mestre 31)

NOTAS:

(1) Ocorrendo os cursos de formação inicial de professores para a docência no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário predominantemente no subsistema universitário, optou-se por apenas estudar o que acontece em IES deste subsistema. Com efeito, de um total de 65 cursos de mestrado, 62 correspondem ao subsistema universitário (distribuídos por 10 IES público), e 3 ao subsistema politécnico (distribuídos por 3 IES). Estes três cursos correspondem apenas a duas especialidades de mestrado – duas IES asseguram um curso de Ensino de Educação Musical no Ensino Básico (Especialidade/Perfil do grau de mestre 8), e uma IES assegura um curso de Ensino de Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico (Especialidade/Perfil do grau de mestre 7).

(2) Por outro lado, atendendo à grande diversidade na oferta formativa relativamente às especialidades/aos perfis de mestrado para estes dois níveis educativos, foram selecionados mestrados que correspondem às especialidades preponderantes a nível nacional.

ANEXO I

Guião da entrevista aos coordenadores de curso

Tabela 16 | Guião da entrevista aos coordenadores de curso

Guião da entrevista aos coordenadores de curso	
Blocos	Tópicos/Perguntas
A. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado para participar na entrevista	Abertura da entrevista - Informar, em linhas gerais, dos objetivos do estudo de investigação a desenvolver. - Reforçar a ideia de que a colaboração é importante para o êxito do trabalho de investigação. - Assegurar o carácter confidencial e anónimo das informações prestadas.
B. Processo de DSD e garantia da adequação do perfil académico e de investigação na relação com UC lecionadas.	- Que cuidados são tidos na DSD no sentido de garantir a adequação do perfil académico e de investigação dos docentes na relação com as Unidades Curriculares (UC) lecionadas? - E que constrangimentos identifica neste processo de DSD a esta nível?
C. Exigências e condições institucionais para o envolvimento de docentes e estudantes em investigação associada aos CE e UC	- Que exigências são feitas pela IES relativamente ao envolvimento dos docentes e dos estudantes na investigação, nomeadamente da investigação associada aos CE? - Que condições e/ou estratégias institucionais existem na IES para potenciar o envolvimento dos docentes e dos estudantes em atividades de investigação, nomeadamente em investigação relacionadas com os CE e com as UC lecionadas?
D. Condições da formação para a socialização com a profissão e exercício da docência	- Que condições esta formação oferece para a socialização dos estudantes com a profissão e para o exercício da docência ao nível do ensino-aprendizagem-avaliação (E/A/A)? (por exemplo ao nível das experiências que são proporcionadas para o efeito, mas também ao nível do perfil dos formadores de professores que asseguram a formação nas UC mais diretamente relacionadas com o E/A/A, quer os docentes do ensino superior, quer os professores cooperantes).

NOTAS:

Na entrevista:

- i) é disponibilizado o consentimento informado;
- ii) é solicitado o preenchimento de ficha de caracterização pessoal;
- iii) é solicitada a indicação de professores cooperantes para entrevista posterior;
- iv) se necessário, é solicitada documentação complementar.

ANEXO J

Guião da entrevista aos professores cooperantes

Tabela 17 | Guião da entrevista aos professores cooperantes

Guião da entrevista aos professores cooperantes	
Blocos	Tópicos/Perguntas
A. Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado para participar na entrevista	Abertura da entrevista - Informar, em linhas gerais, dos objetivos do estudo de investigação a desenvolver. - Reforçar a ideia de que a colaboração é importante para o êxito do trabalho de investigação. - Assegurar o carácter confidencial e anónimo das informações prestadas.
B. Relação entre IES e Escolas Cooperantes	- Como analisa a relação que tem vindo a ser estabelecida entre a IES e as escolas cooperantes onde é realizada a iniciação à prática profissional (IPP)/prática de ensino supervisionada (PES), nomeadamente no que diz respeito à relação entre supervisores da IES e professores cooperantes? Em que medida considera que essa relação é facilitadora/potenciadora da formação dos estudantes/futuros professores?
C. Condições da formação para a socialização com a profissão e exercício da docência	- Do seu ponto de vista, e tendo por base a sua experiência concreta de acompanhamento dos estudantes em contexto de prática profissional, que condições esta formação oferece para a socialização dos estudantes com a profissão e para o exercício da docência ao nível do ensino-aprendizagem-avaliação (E/A/A)?
D. Adequação do perfil académico e profissional do professor cooperante e condições criadas pela IES a este nível	- Em que medida considera ser portadora do perfil académico e profissional adequado para assegurar esta cooperação orientada para a formação de futuros professores? Sente que cumpre todos os requisitos necessários para o efeito ou identifica alguma necessidade de formação mais específica/alguma necessidade de serem asseguradas condições institucionais mais facilitadoras? - Ainda a este nível, que balanço faz do papel desta IES com a qual colabora na garantia de condições para o melhor acompanhamento possível dos estudantes em contexto de prática profissional? Ou seja, considera estar garantido o apoio necessário ao seu desenvolvimento profissional, nomeadamente no domínio da formação de futuros docentes?

NOTAS:

Na entrevista:

- i) é disponibilizado o consentimento informado;
- ii) é solicitado o preenchimento de ficha de caracterização pessoal.